

PREGÃO ELETRÔNICO

90091/2026

CONTRATANTE (UASG)

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA –
HCFAMEMA (092601)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETOS DE
ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO
EXECUTIVO DO PRÉDIO AMBULATORIAL DO HCFAMEMA

VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.645.668,00 (Um Milhão Seiscentos e Quarenta e Cinco Mil Seiscentos
e Sessenta e Oito Reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90091/2026**

(Processo Administrativo nº 144.00005977/2026-62)

Torna-se público que o HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA, por meio do(a) *Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos do HCFAMEMA*, sediado(a) *rua Dr. Reinaldo Machado, 255, Bairro Fragata, Marília/SP, CEP17.519-080*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO PRÉDIO AMBULATORIAL DO HCFAMEMA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item 1, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º](#)

e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e §1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) PARA O ITEM DESSA LICITAÇÃO**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for

empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pomenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.8.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na

[Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico e-mail: cfc-licitacao@hcfamema.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
 - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio e-mail: cfc-licitacao@hcfamema.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadinestadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no [sítio eletrônico: ://www.hcfamema.sp.gov.br/hcfamema/transparencia/licitacao_e_compras_publicas](http://www.hcfamema.sp.gov.br/hcfamema/transparencia/licitacao_e_compras_publicas).

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – PORTARIA HCFAMEMA Nº 02 DE 20 DE JUNHO DE 2024;

14.16.4. ANEXO IV – Modelo(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.16.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.16.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;

14.16.7. ANEXO VII – Planilha orçamentária.

Marília, 25 de Maio de 2026.

IGOR RIBEIRO DE CASTRO BIENERT
Vice-Presidente
Vice-Presidência do HCFAMEMA

ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA 127/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	127/2026	92601-ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA	Editado por	ANDERSON SILVA CARVALHO	Atualizado em	22/05/2026 10:11 (v 0.5)
Status	CONCLUIDO					

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	427/2026	144.00005977/2026-62

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO PRÉDIO AMBULATORIAL DO HCFAMEMA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	SERVICO DE ELABORACAO DE PROJETO DE ENGENHARIA - EXECUTIVO DE OBRA EM EDIFICACAO - PERIODO ATE 12 MESES ÁREA TOTAL: 6.319,92 M² Codigo:74520 Cod.SIAFISICO: 53767 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 44905110	20060	UNIDADE	1

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste projeto básico, prevalecem as disposições deste projeto básico.
- 1.1.2. Este projeto básico foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **09 (NOVE) MESES**, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade

2.1. Considerando que os serviços ofertados pelo DASAMB encontram-se distribuídos em cinco estruturas físicas distintas, gerando fragmentação assistencial, duplicidade de estruturas de apoio e ineficiências operacionais, bem como dificuldades logísticas no transporte de pacientes em razão da dispersão geográfica dos atendimentos, justifica-se a implantação de prédio ambulatorial único para centralização dos serviços e otimização dos recursos públicos. Para viabilizar essa iniciativa, faz-se necessária a realização de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO PRÉDIO AMBULATORIAL DO HCFAMEMA**, visando à elaboração de projeto executivo em conformidade com as normas vigentes, assegurando maior precisão técnica, redução de riscos na obra e melhor qualidade na futura implantação do empreendimento.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2026), nos termos do Decreto estadual nº 67.689 de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste projeto básico; A presente contratação encontra respaldo institucional conforme designação da equipe de planejamento da contratação publicada no PNCP, Id pca PNCP: 24082016000159-0-000001/2026 - HCFAMEMA.

3. Descrição da Solução Como Um Todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste projeto básico.

4. Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A aferição das medidas do projeto “in loco”, com acompanhamento dos setores **COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (CIL)** e **SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO (CIL-SPD)** do HCFAMEMA a fim de se dirimir quaisquer desperdícios de tempo e materiais.

4.1.2. Dar prioridade à compra de materiais de construção civil com selos ambientais como: o FSC (Forest Stewardship Council), que garante que a madeira e seus derivados provêm de manejo florestal responsável e sustentável; o selo ISO 14001, aplicável a qualquer tipo de material ou fabricante, assegura que o processo produtivo segue um sistema de gestão ambiental eficaz; o Selo Verde, concedido pelo Instituto Falcão Bauer, certifica materiais como cimento, tintas, pisos e cerâmicas com desempenho ambiental superior, considerando critérios técnicos e o ciclo de vida do produto; o Rótulo Ecológico da ABNT (ABNT Ecolabel), baseado na norma NBR ISO 14024, que identifica produtos como tintas, cerâmicas e revestimentos que possuem menor impacto ambiental segundo as normas da ABNT; o Selo Procel de Economia de Energia é voltado para equipamentos elétricos utilizados na construção, como motores, lâmpadas e aquecedores, indicando alta

eficiência energética; os materiais com pontuação LEED são aqueles que contribuem para obras sustentáveis com certificação LEED, por meio de características como conteúdo reciclado, baixa emissão de compostos orgânicos voláteis e origem regional; e o Cradle to Cradle (C2C), que atesta que o material pode ser reciclado ou reaproveitado em um ciclo fechado, demonstrando responsabilidade ambiental durante toda a vida útil do produto.

4.2. Para análise e julgamento da proposta, deverão ser apresentados os documentos abaixo conforme disposto no item do edital:

4.2.1. Planilha de Proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do Anexo do Edital, contendo os preços unitários e o valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame:

4.2.2. A planilha de proposta deverá conter todas as informações contidas no modelo anexo ao Edital, observadas as especificações constantes deste Termo de Referência e dos demais documentos que instruem esta contratação.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.4.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 17:00 horas.

4.6.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia agendados com antecedência.

4.6.2. Os interessados deverão agendar a vistoria através do e-mail: **cfc-licitacao@hcfamema.sp.gov.br** de segunda à sexta - feira, das 08:00 (oito) horas às 17:00 (dezesete) horas.

4.7. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7.1. A CONTRATADA deverá atuar em conjunto com os setores de **COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (CIL)** e **SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO (CIL-SPD)** do HCFAMEMA nas visitas técnicas e na coleta de informações referentes ao objeto desse termo, antes de iniciar qualquer atividade.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

4.10. Justifico a necessidade da visita técnica "in loco", para que as empresas participantes do certame possam vistoriar o local e possam analisar a complexidade, interferências e confrontar o Projeto Básico com o local, com a finalidade de avaliar possíveis erros que possam inviabilizar a execução do projeto, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características do serviço, resguardando a Administração de possíveis inexecuções contratuais.

4.11. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo que possa de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto.

5. Modelo de Execução do Objeto

Condições de execução

5.1.O presente documento tem por finalidade definir os parâmetros técnicos a serem seguidos para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO PRÉDIO AMBULATORIAL DO HCFAMEMA**, conforme estudos preliminares e diretrizes abaixo especificadas:

NORMAS E INSTRUÇÕES TÉCNICAS

Elaborar o projeto de acordo com a legislação vigente, principalmente:

- **Instruções Técnicas** e Decreto Estadual nº 69.118 de 2024 do CBPMESP;
- **ABNT NBR 9050** - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- **ABNT NBR 15575** – Desempenho de Edificações;
- **ABNT NBR 6118** - Projeto de Estruturas de Concreto — Procedimento;
- **ABNT NBR 6122** - Projeto e Execução de Fundações;
- **ABNT NBR 6123** – Forças Devidas ao Vento em Edificações;
- **ABNT NBR 14931** – Execução de Estruturas de Concreto – Procedimento;
- **ABNT NBR 16775** - Estruturas de Aço, Estruturas Mistas de Aço e de Concreto, Coberturas e Fechamentos de Aço – Gestão dos Processos de Projeto, Fabricação e Montagem – Requisitos;
- **ABNT NBR 8800** – Projeto de Estruturas de Aço e de Estruturas Mistas de Aço e Concreto de Edifícios;
- **ABNT NBR 5410** – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- **ABNT NBR 10844** - Instalações Prediais de Águas Pluviais;

- **ABNT NBR 12188** – Sistemas Centralizados de Suprimento de Gases Medicinais, de Gases para Dispositivos Médicos e de Vácuo para Uso em Serviços de Saúde – Requisitos para Projeto e Execução;
- **ABNT NBR 5682** – Instalação de Gases Medicinais e Vácuo;
- **ABNT NBR 16401** – Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e condicionadores;
- **ABNT NBR 7256** – Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) – Requisitos para projeto e execução das instalações;
- **RESOLUÇÃO-RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002:** Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;

5.2. Para elaboração e fornecimento dos Projetos Executivo e Complementares a CONTRATADA deverá realizar visita técnica de reconhecimento, “in loco”, da área contemplada, para o desenvolvimento dos serviços mencionados nesse termo, sob supervisão do departamento de engenharia e arquitetura do HCFAMEMA. Os projetos deverão ser desenvolvidos seguindo as normas regulamentadoras vigentes, em softwares adequados para cada disciplina e entregues em pen drive, CD ou DVD com os seguintes arquivos digitais:

- a. Todos os Projetos Executivo e Complementares, requeridos nesse Termo de Referência, em formato DWG e PDF;
- b. Projeto Executivo compatibilizado em formato IFC;
- c. Memorial Descritivo e Demais documentos técnicos em formato PDF;
- d. Planilha Orçamentária, Planilha Físico-Financeira e do Quadro de Composição do BDI nos formatos PDF e XLSX;
- e. RRT e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os profissionais autores com suas atividades discriminadas.

5.3. A Empresa CONTRATADA deverá entregar também, além dos arquivos digitais, duas cópias impressas em papel sulfite, de tamanho A4, dos memoriais, da planilha orçamentária, do cronograma físico-financeiro, do quadro de composição do BDI e das RRTs e ARTs. Como também, duas cópias impressas de cada prancha dos projetos executivo e complementares, em tamanho A1 ou A0, em escalas legíveis.

5.4. Para a elaboração dos projetos de reforma e adequação dos setores, a CONTRATADA deverá avaliar as particularidades de uma obra desse porte em razão da mesma estar localizada em um complexo hospitalar, optando sempre por soluções de engenharia que ocasionem os menores impactos sonoros, ambientais e estruturais.

5.5. Para a elaboração dos projetos executivos, a CONTRATADA terá posse do projeto preliminar sugestivo com o layout proposto, e, deverá optar pelas melhores soluções de engenharia para cada caso, apresentando-as para a aprovação dos técnicos do setor de engenharia e arquitetura do HCFAMEMA.

5.6. Para a elaboração dos memoriais, a CONTRATADA deverá seguir todas as normas vigentes para projetos de engenharia e arquitetura, vigilância sanitária, acessibilidade e demais normativas técnicas pertinentes ao OBJETO desse Termo de Referência.

5.7. Os projetos executivos deverão ser elaborados e desenvolvidos em BIM (Building Information Modelling), seguindo todas as normativas técnicas vigentes, em software adequado, compatibilizando-se todas as disciplinas em arquivo único, do tipo modelo virtual, em formato IFC, seguindo o estabelecido no decreto federal nº 10.306, que institui o uso do Building Information Modelling (BIM) nas obras e serviços de engenharia no âmbito da administração pública federal.

5.8. A CONTRATADA deverá submeter o projeto básico a análise da Vigilância Sanitária Estadual e comprometer-se a realizar as alterações necessárias no OBJETO para aprovação do órgão, garantindo a emissão do LTA – Laudo Técnico de Avaliação e arcando com as despesas pertinentes a esse processo.

5.9. A CONTRATADA deverá submeter o projeto legal a aprovação do setor de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Marília, realizando as alterações necessárias no OBJETO para a liberação do Alvará de Construção. A ART de Direção/Execução de Obra será fornecida pelo departamento de ENGENHARIA DO HCFAMEMA, porém

demais taxas, documentos e requerimentos pertinentes ao processo de aprovação serão de responsabilidade da CONTRATADA.

CADERNO TÉCNICO

O Caderno Técnico será desenvolvido conforme as etapas citadas abaixo:

A. Apresentação da Documentação

Considera-se documentação técnica do projeto o conjunto de pranchas de desenho, memórias de cálculo, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas de orçamento, e demais documentos que compõem as informações necessárias à execução da obra;

Todos os documentos deverão possuir: identificação completa da Contratada (contendo razão social, número de inscrição no CNPJ ou CPF, endereço completo e telefone para contato), identificação do profissional responsável técnico pelo projeto em todas as pranchas de desenho e na última página de cada documento escrito (nome, título profissional, assinatura e número de registro no CREA ou no CAU), identificação da obra (com endereço completo), numeração de páginas e/ou pranchas, quantidade total de páginas e/ou pranchas;

Todos os projetos deverão ser acompanhados de ART ou RRT emitida pelo profissional legalmente habilitado para cada tipo de projeto;

Todas as pranchas de desenho deverão ser elaboradas em pranchas com formatos padronizados de acordo com a norma ABNT NBR 10.068, de 1987 (Folha de desenho – Leiaute e dimensões – Padronização) e os documentos escritos e planilhas de cálculo deverão ser diagramados e entregues em formato padrão A4 (210x297mm);

Outras dimensões de folhas poderão ser utilizadas desde que previamente acertados com a Fiscalização;

Deverá ser mantido padrão único de tamanho de folhas, ou com a menor variação possível de formatos, para as folhas de desenhos;

Os arquivos digitais de disciplinas de projeto desenvolvidos em plataforma CAD contendo as pranchas de desenho deverão ser entregues em formato *.dwg, *.dxf e os desenvolvidos em metodologia BIM devem ser entregues em formato IFC ou outra versão aprovada pela Fiscalização. O conteúdo dos desenhos deverá ser representado utilizando-se como unidade o metro ou o centímetro, no “Model Space”, e as pranchas deverão ser diagramadas no “Paper Space”, utilizando-se como unidade o milímetro.

Deverão ser entregues também, (quando entregues em *.dwg, *.dxf) os arquivos de configuração de penas utilizados para a correta impressão dos desenhos;

Os documentos digitais de disciplinas de projeto desenvolvidos em metodologia BIM devem ser entregues em formato IFC;

Os arquivos digitais contendo documentos escritos deverão ser entregues em formatos *.pdf e *.doc, ou, no caso de planilhas de cálculo, em formato *.xls, devendo ser versões compatíveis com pacote de escritório de software livre;

Para a entrega final, os documentos deverão ser diagramados e entregues impressos em papel sulfite, em formato padrão A4 (210x297mm), de cada documento que compõem os projetos, bem como duas vias de cada prancha de desenho, além de todos os arquivos digitais correspondentes, gravados em CD ou DVD;

Deverá ser entregue também uma cópia de todas as pranchas de desenho em formato A2, sem dobras e encadernada com índice das folhas para manuseio rápido da fiscalização de obra, separadas por disciplina ou conjunto de disciplinas conforme acertado em reunião inicial.

B. Critérios de Sustentabilidade Ambiental

As especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

- Desenvolvimento de arquitetura com aproveitamento de luz e ventilação natural;
- Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- Adotar preferencialmente lâmpadas em LED e luminárias de alto rendimento e eficiência;
- Energia solar, ou outra energia limpa, para geração de energia a ser consumida na unidade ou até mesmo em outras unidades;
- Aproveitamento da água de chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção.

C. Coordenação de Projetos

Contratada designará um Coordenador de Projetos, devidamente qualificado e com pleno conhecimento de gerenciamento de projetos, para dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos à Administração. Este ficará encarregado da coordenação geral desde o início dos trabalhos de elaboração dos projetos até a entrega final do serviço.

O coordenador de projetos deverá garantir:

- O cumprimento dos prazos estipulados no cronograma Físico-Financeiro;
- A perfeita integração e compatibilização entre o projeto de arquitetura e os projetos complementares, atentando para as inter-relações e necessidades mútuas, bem como entre os projetos, caderno de encargos e planilha orçamentária;
- Controle da unificação dos elementos informativos dos desenhos, com padronização de pranchas, simbologia, numeração, referência e outros correlatos;
- Abranger a integração e consistência dos documentos complementares, tais como compatibilização de todos os projetos, memoriais descritivos, memória de cálculo, caderno de encargos, especificações técnicas, normas de execução, orçamento detalhado e cronograma Físico-Financeiro da obra;

Será encargo do Coordenador a solução de eventuais ocorrências de incompatibilidades, mesmo após o recebimento definitivo dos serviços.

D. Estudo Preliminar

Neste tópico, a contratada deverá reunir um conjunto de informações jurídicas, legais, programáticas e técnicas; dados analíticos e gráficos; Normas Técnicas aplicáveis; bem como a definição dos Padrões e Critérios de Desempenho (mínimo, intermediário e superior) e os Níveis de Sustentabilidade do empreendimento.

Essas premissas têm como objetivo determinar as restrições e possibilidades que regem e limitam a execução do empreendimento pretendido, além de permitir a definição do partido arquitetônico e urbanístico, bem como das possíveis soluções de edificação e implantação, dentro das condicionantes identificadas.

Esta fase está subdividida nas seguintes etapas:

LV – Levantamento de Dados

A contratada deverá realizar as seguintes ações:

- Analisar a escritura/matricula e carnê de IPTU (dimensões, áreas e possíveis restrições);
- Identificar restrições legais preliminares no âmbito municipal (principal órgão competente), com o objetivo de viabilizar o empreendimento quanto às limitações legais que possam impactar sua concepção, incluindo:
 - Restrições de uso do solo;
- Consulta à concessionária de energia elétrica para avaliar e sanar eventuais demandas de capacidade energética do empreendimento;
- Consulta à concessionária local responsável pelo fornecimento de água, coleta de esgoto e drenagem de águas pluviais, avaliando a capacidade de absorção desses serviços na área, considerando que o empreendimento exigirá abastecimento de água potável e conseqüente geração de esgoto. Além disso, será necessário prever soluções para a captação e drenagem de águas pluviais provenientes dos telhados e da pavimentação, encaminhando-as adequadamente para vias com capacidade de absorção;
- Estudo viário com o órgão local responsável, com o objetivo de avaliar o sistema viário do entorno, garantindo o fluxo de veículos, bem como a previsão de estacionamento privativo conforme a legislação e as necessidades do campus;
- Elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);
- Análise das taxas de ocupação e aproveitamento;
- Verificação dos gabaritos permitidos;
- Recuos, alinhamentos e afastamentos obrigatórios;
- Áreas permeáveis exigidas;
- Outros aspectos específicos exigidos pelo órgão municipal responsável pela aprovação do projeto;
- Verificação da influência de outras legislações apontadas na Ficha Técnica, incluindo normas que ampliem ou limitem o potencial construtivo (como operações urbanas, outorgas onerosas, entre outros);
- Restrições do COMAR (controle do tráfego aéreo);
- Definição de critérios técnicos que possam impactar o desenvolvimento do projeto, como:
 - o Normas técnicas aplicáveis;
 - o Exigências específicas da tipologia arquitetônica prevista;
 - o Levantamento das interferências com as redes existentes de água, esgoto, elétrico, estrutura entre outras que alimentam o complexo como um todo e possível remanejamento se necessário;
 - o Outros estudos complementares eventualmente necessários.
- Após o levantamento de todas as informações, a contratada deverá realizar reunião com a contratante para apresentar os dados coletados e propor soluções para eventuais ajustes necessários.

Produtos Gerados que deverão ser entregues nesta fase: Relatório completo contendo todas as informações descritas acima, destacando de forma objetiva os prós e contras identificados nesta fase. Além disso, deverão ser entregues os documentos comprobatórios que atestem a viabilidade e/ou o aceite dos órgãos consultados, relativos à concretização do empreendimento.

PN – Programa de Necessidades

A contratada deverá reunir-se com a fiscalização da HCFAMEMA com o objetivo de:

- Avaliar o layout pré-existente e propor alteração se necessário;
- Elaboração do layout faltante que deverá ser elaborado;
- Levantar as necessidades da instituição como um todo;

Essas informações subsidiarão a elaboração do Estudo Preliminar, permitindo à contratada um pleno entendimento das demandas da instituição.

Produtos Gerados que deverão ser entregues nesta fase:

Relatório contendo o conteúdo programático do empreendimento, onde a contratada deverá listar todas as necessidades do empreendimento.

Ainda deverá conter e discriminar as quantidades de ambientes com dimensões e metragem quadrada, capacidade e pessoas dentro dos ambientes e necessidades de cada ambiente.

EV – Estudo de Viabilidade

Após o levantamento de dados e definição do programa de necessidades, a contratada deverá elaborar o Estudo de Viabilidade do empreendimento. Esse estudo compreende uma análise técnica, econômica e legal detalhada, com o objetivo de identificar possíveis obstáculos, antecipar desafios e orientar a tomada de decisões estratégicas.

A contratada deverá:

- Considerar todas as informações obtidas nas etapas anteriores;
- Apresentar soluções técnicas e urbanísticas, destacando eventuais impedimentos;
- Propor alternativas viáveis para contornar limitações, garantindo a viabilidade do empreendimento.

Produtos Gerados que deverão ser entregues nesta fase:

- Relatório contendo todos obstáculos encontrados nas fases anterior.
- Relatório propondo viabilidade técnica para execução do empreendimento.
- Por fim relatório final demonstrando e descrevendo a viabilidade técnica.

Levantamento planialtimétrico

O Levantamento Planialtimétrico Cadastral é um documento que descreve o terreno com exatidão, composto por relatórios e plantas a serem elaborados em estreita observância às Normas Brasileiras (especialmente a NBR 13.133 /94 e 15.777/09), em que são anotadas todas as medidas: planas, os ângulos e as inclinações, e executado com equipamento topográfico de extrema precisão, além de incluir informações dos elementos constitutivos da superfície levantada, como edificações, obras de engenharia, infraestrutura, vegetação, etc.

- Plantas do terreno em escala 1:1000 ou em escala possível de visualização;
- O levantamento deve conter curvas de meio em meio metro;
- O levantamento deve conter todas as interferências do terreno (construções preexistentes, árvores, meio fio, postes e afins). Deve também conter o entorno.

Após a conclusão das etapas anteriores onde foram levantadas todas as documentações necessárias e proposto a viabilidade técnica com resolução para cada um dos obstáculos a contratada deverá iniciar a elaboração do estudo preliminar arquitetônico, desenvolvendo o projeto. O objetivo é definir a solução técnica mais adequada, avaliar a viabilidade do projeto e definir as premissas iniciais, tendo que apresentar:

- Plantas com layout proposto;
- Memorial descritivo inicial contendo informações básicas, como tipo de acabamento a ser utilizado em cada ambiente;

- Planta contendo os níveis de cada prédio e pavimentos;
- Planta de situação demonstrando os prédios e suas localizações dentro do terreno;
- Planta de cobertura;
- Planta de arruamento;
- Planta de implantação;

Instalações Provisórias

- Planta geral do projeto de instalações provisórias, canteiro de obras e centrais de serviços;
- Planta de layout geral de instalações provisórias em escala 1:50 ou 1:100 com rotas de serviços, entradas e saídas para cargas e pessoal, posicionamento de centrais de argamassa, concreto, formas, aço, depósitos gerais de material, depósitos de resíduos, elevadores, guinchos e gruas;
- Planta geral de remanejamento de instalações existentes;
- Projeto de entrada de energia provisória e abastecimento de água, distribuição de energia de canteiro, destinação de efluentes e resíduos;
- Memorial descritivo com a descrição das soluções propostas, equipamentos necessários para execução, distâncias médias de transporte, localização de depósitos e centrais de serviços, sistemas construtivos especiais, normas relacionadas ao projeto;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) com identificação de tipos de resíduos gerados, processo de triagem, acondicionamento e transporte de acordo com o tipo, destinação final;
- Detalhamento de acessos de serviços, portões, tapumes, cercas e muros em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de reservatório de água provisório em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de Entrada provisória de energia, quadros de medição e distribuição, caixas de tomadas, sistema de aterramento, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de centrais de argamassa, gruas, guindastes, guinchos, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de banheiros e instalações sanitárias em geral em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamentos isométricos de água e esgoto de instalações provisórias em escala adequada conforme normativa, com indicação de diâmetros, comprimentos, alturas, declividades;
- Detalhamento de placa de obra conforme padrão da Instituição, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos.
- Relação geral de materiais.

Após esta fase, e com a aprovação do estudo preliminar — no qual deverá constar todo o layout do empreendimento — não serão permitidas alterações, uma vez que a etapa de criação já terá sido superada. Exceções serão admitidas apenas em casos fortuitos, como, por exemplo, durante a elaboração do projeto estrutural, quando eventualmente se fizerem necessárias modificações na locação de pilares ou vigas para garantir a estabilidade do empreendimento. Em outras palavras, apenas alterações indispensáveis à segurança e integridade da construção poderão ser consideradas.

E. PROJETO DE ARQUITETURA

Levantamento Cadastral Arquitetônico (“As Built”)

Produtos a serem apresentados nesta Etapa:

- Relatório Técnico com a descrição completa do Programa Físico-Funcional existente; Relatório fotográfico de vistoria do local, contendo fotos legendadas e datadas do local / empreendimento e edificações adjacentes e contíguas a este;
- Plantas Cadastrais da edificação ou setores contemplados (Arquitetônica), Plantas de Situação, Plantas de Locação e etc., acompanhadas de suas respectivas RRT's ou ART's;
- Solicitação de Certidão de Inteiro Teor na Prefeitura Municipal contendo todos os alvarás de construção e habite-se com suas respectivas áreas;
- Planta de demolições;

Elaboração de Projeto Legal

Todos os projetos básicos incluirão peças gráficas, memoriais descritivos, memoriais de cálculos e orçamento estimativo das obras. Obedecerão necessariamente às normas federais, estaduais, distritais e municipais direta e indiretamente aplicáveis à obra pública, além das normas técnicas específicas devidas. Sua elaboração será responsabilidade dos profissionais legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Os autores dos projetos básicos deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos, indicando o número de inscrição e de registro das Anotações de Responsabilidade Técnicas (ARTs /RRTs), de acordo com a legislação, cabendo ao coordenador do projeto a compatibilização dos projetos básicos antes da entrega à Contratante.

Os Projetos Básicos seguirão as normas da ABNT e do INMETRO, além das práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais da SEAP (Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio), normas e exigências das concessionárias de serviços públicos e do Corpo de Bombeiros, instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA, CAU, IPHAN, além das entidades de proteção sanitária e do meio ambiente, caso necessário.

Produtos mínimos exigidos para projeto básico:

- Plantas dos pavimentos em escala 1:50 ou 1:100 com cotas de piso acabado, medidas internas, espessuras de paredes, dimensões de aberturas e vãos de portas e janelas, alturas de peitoris, especificação de materiais e acabamentos, indicação de cortes e elevações etc;
- Plantas baixas de layout com equipamentos e mobiliário em escala 1:50 ou 1:100 com cotas de piso acabado;
- Planta baixa de demolição;
- Plantas baixas com posicionamento final de pontos hidrossanitários em escala 1:100 ou 1:50;
- Plantas baixas com posicionamento final de pontos de tomadas de força e lógica;
- Plantas de forro com tipologia de forro, modulação e especificação de material;
- Plantas de forro com indicação de posicionamento final de luminárias, insufladores e retorno de ar;
- Planta de cobertura em escala 1:100 ou 1:50, com especificação final dos materiais, indicação de sentido de escoamento de águas, com orientação, tipologia adotada (laje impermeabilizada, telhado), indicação de calhas, rufos, contra-rufos, com medidas finais, pontos de descida de águas pluviais, níveis e etc.;
- Planta de impermeabilizações indicando os locais a serem impermeabilizados e tipo de impermeabilização a ser adotada em cada local;

- Cortes transversais e longitudinais da edificação em escala 1:100 ou 1:50, com indicação de pé-direito, cotas de nível, altura de vãos, platibandas, indicação final de materiais, etc;
- Elevações em escala 1:100 ou 1:50 indicando aberturas, esquadrias, alturas, níveis, especificações final de materiais de revestimento, etc;
- Indicação de posicionamento de reservatórios, circulação vertical, áreas técnicas, cisternas, etc;
- Tabelas indicando o quadro de áreas por pavimento e geral e nas plantas baixas;
- Tabelas e legendas com especificações de materiais nas plantas baixas, cortes e fachadas;
- Quadro de esquadrias nas plantas baixas;
- Plantas preliminares de detalhamento de áreas molhadas, paginação de piso internos e paredes, esquadrias;
- Memorial explicativo contendo a descrição e consolidação de todas as informações de projeto, especificação final de materiais, normas relacionadas ao projeto;
- Apresentação em 3D da volumetria da edificação;
- Apresentação de modelo BIM em LOD 300;
- Relação geral de materiais;
- Projeto de implantação em escala mínima de 1:200 ou outra que melhor se adequar, que contemple o conjunto total com orientação, eixos da construção cotados em relação à referência, indicação de taludes, identificação de postes, árvores, vias, cursos d'água e demais elementos construídos existentes, a demolir e a construir;
- Plantas com indicação de arruamentos, taludes, calçadas, rampas, canteiros, floreiras, posicionamento de placas indicativas, locação de elementos existentes como árvores e postes, locação de caixas pluviais, esgoto, elétrica, e outros existentes;
- Relação geral de materiais.

Aprovações Legais / Licenciamentos

O Projeto Legal é o conjunto de desenhos que é apresentado a prefeitura do município e órgãos públicos para sua análise e aprovação para liberar a construção bem como prefeitura, CETESB, vigilância sanitária, bombeiro conforme o código de obras e o plano diretor da cidade;

Todos os projetos obedecerão necessariamente às normas municipais direta e indiretamente aplicáveis à obra pública, além das normas técnicas específicas devidas.

Sua elaboração para efeito de aprovação, será responsabilidade dos profissionais legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;

Poderá ser necessário, de acordo com cada município, o protocolo de aprovação de projeto de incêndio entre outros, para início da aprovação do projeto arquitetônico;

Poderá constar outras exigências quanto a padronização dos desenhos gráficos, de acordo com a legislação municipal da prefeitura de cada município.

Produtos mínimos exigidos para projeto legal:

- Plantas Baixas dos pavimentos em escala mínima de 1:50 com cotas de piso acabado, medidas internas, espessuras de paredes, dimensões de aberturas e vãos de portas e janelas, alturas de peitoris, especificação de materiais e acabamentos, indicação de cortes e elevações etc;
- As plantas Baixas deverão conter indicações de uso de cada compartimento, suas áreas, dimensões internas e externas e relação de nível com o logradouro público;

- Planta humanizada;
- Planta de locação contendo a planta de localização do terreno na quadra;
- Planta de implantação contendo planta de situação da edificação no lote, com indicação de afastamentos, dimensões externas das edificações;
- Planta de cobertura em escala mínima de 1:50, com especificação final dos materiais, indicação de sentido de escoamento de águas, com orientação, tipologia adotada (laje impermeabilizada, telhado), indicação de calhas, rufos, contra-rufos, pontos de descida de águas pluviais, níveis e etc;
- Cortes transversais e longitudinais da edificação em escala 1:100 ou 1:50, com indicação de pé-direito, cotas de nível, altura de vãos, platibandas, etc;
- Indicação de posicionamento de reservatórios, circulação vertical, áreas técnicas, cisternas, etc;
- Tabelas indicando o quadro de áreas por pavimento e geral e nas plantas baixas;
- Quadro de especificação de áreas construídas, computáveis e não computáveis, coeficiente de ocupação, coeficiente de permeabilidade, capacidade construtiva do terreno, potencial construtivo excedente ou capacidade construtiva excedente;
- o Indicação do Norte geográfico em todas as pranchas;
- o As medidas do terreno deverão estar conforme certidão de inteiro teor;
- Indicar o RN – Referência de Nível, rebaixo de calçada, acessos, etc.
- Memoriais necessários;

Projeto de Arquitetura Executivo

Os projetos executivos não apresentam soluções novas ao projeto, apenas detalham aquilo que foi apresentado no Projeto Básico, não sendo possível nesta etapa inclusão de serviços novos ou metodologias de execução diferentes daquelas já previstas e aprovadas;

Todos os projetos executivos incluirão peças gráficas, detalhes construtivos, memoriais descritivos, memórias de cálculos e orçamento estimativo das obras. Obedecerão necessariamente às normas federais, estaduais, distritais e municipais direta e indiretamente aplicáveis à obra pública, além das normas técnicas específicas devidas. Sua elaboração será responsabilidade dos profissionais legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Os autores dos projetos executivos deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos, indicando o número de inscrição e de registro das Anotações de Responsabilidade Técnicas (ARTs /RRTs), de acordo com a legislação, cabendo ao coordenador do projeto a compatibilização dos projetos básicos antes da entrega à Contratante.

Os Projetos Executivos seguirão as normas da ABNT e do INMETRO, além das práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais da SEAP (Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio), normas e exigências das concessionárias de serviços públicos e do Corpo de Bombeiros, instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA, CAU, IPHAN, além das entidades de proteção sanitária e do meio ambiente, caso necessário.

Produtos mínimos exigidos para projeto executivo:

Todos os elementos indicados no Projeto Básico com maior rigor de especificações e cotas;

O projeto executivo de arquitetura deve ter as seguintes escalas:

- Igual ou superior à escala 1/100 – para a representação da edificação e o local onde a mesma será inserida;
- Menos que 1/100 – para ampliações setoriais.

- Detalhamento de esquadrias em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, sentido de abertura, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de escadas, corrimãos, guarda-corpos e elevadores, em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, 3 marcas de referência e modelos de referência;
- Detalhamento de rodapés, sancas, rodapés, rebaxos de forro, frisos e molduras em escala 1:5 ou 1:10, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de posicionamento de luminárias e pontos de insuflamento e retorno de climatização, com cotas;
- Detalhamento de impermeabilização de áreas molhadas, coberturas e lajes impermeabilizadas em escalas 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais e indicação de níveis;
- Detalhamento de platibandas em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de juntas de dilatação, em escala 1:5 ou 1:10, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de dômus, lanternins, iluminação zenital ou quaisquer outras soluções adotadas para a utilização de iluminação natural, em escala 1:5 ou 1:10, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de bancadas em escala 1:5 ou 1:10, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Plantas finais de paginação de piso e paredes com indicação de pontos de início de distribuição e sequência de execução em caso de necessidade;
- Planta de paginação de pisos externos inclusos passeios públicos com detalhamentos e plantas.
- Plantas finais de paginação de forro com indicação de rodapés, rodapés, molduras e frisos em paredes;
- Plantas finais com posicionamento de reservatórios e cisternas;
- Quadro de materiais e acabamentos;
- Quadro geral de áreas;
- Elevações cortes longitudinais e cortes transversais e seções parciais, fachadas e vistas;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos;
- Implantação e Situação.

Maquete Eletrônica (interna e externa)

Modelagem 3D de projetos existentes com apresentação em arquivo PDF e JPEG de imagens preliminares com base no projeto arquitetônico em fase de projeto desenvolvido na plataforma BIM (Modelo dos projetos em formato RVT, PLN ou SKP e em formato IFC);

Elaboração de um modelo eletrônico em três dimensões do conjunto das edificações e de seu entorno imediato, perspectivas eletrônicas internas e externas que demonstrem, através de materiais de acabamentos e efeitos de luz e sombra, imagens que retratem o aspecto final do conjunto projetado, bem como o paisagismo e humanização;

O trabalho deverá ser desenvolvido a partir do Projeto Básico Arquitetônico desenvolvido pela CONTRATADA. Os objetos a serem modelados nas edificações deverão contemplar todos os elementos arquitetônicos previstos nos

projetos. As modelagens do entorno deverão contemplar os tipos de pavimentação e os elementos de sinalização viária horizontal do entorno;

A maquete eletrônica deverá ser aprovada pela Equipe de fiscalização da Famema antes da elaboração das perspectivas eletrônicas. A CONTRATADA deverá apresentar perspectivas externas e internas de pontos importantes de cada edifício, com animação eletrônica, apresentando textura, cores, ambientação, vegetação e figuras decorativas, com a representação de materiais aplicados, humanização dos ambientes, intervenção de figuras humanas, mobiliários e iluminação, de modo que se possa transmitir o maior número possível de informações, sendo elas:

- Vista do observador/frontal e lateral direita;
- Vista aérea/posterior, lateral esquerda e cobertura;
- Vistas internas: recepção, área de circulação e atendimento, acessos;
- Sanitários, setores, gabinetes e salas. As imagens deverão ser coloridas, entregues em arquivo digital e em arquivo editável, em alta resolução;

Serão entregues à Equipe de fiscalização da Famema, pela CONTRATADA, na fase de Projeto Básico Arquitetônico:

- Mínimo de cinco imagens 3D internas (impressas e em CD/DVD e em arquivo editável);
- Mínimo de cinco imagens 3D externas (impressas e em CD/DVD e em arquivo editável).

Serão aceitos os programas, previamente acordados com a equipe de fiscalização do HCFamema, para fazer modelagem eletrônica todos aqueles que atenderem aos critérios estabelecidos para a entrega das imagens assim como serão considerados a entrega das configurações para a obtenção das imagens geradas (Ex: SketchUp, V-Ray, 3DSMAX, etc.).

Projeto de Paisagismo

- Plantas e cortes do terreno objeto do projeto, se necessário, em escala não menor que 1:500 e conveniente com tamanho de folha A1;
- Plantas com as áreas edificadas, áreas pavimentadas e ajardinadas, locação de equipamentos fixos de apoio, com a indicação das áreas de vegetação a serem preservadas, e a organização volumétrica vegetal;
- Plantas com indicação de arruamentos, taludes, calçadas, rampas, canteiros, floreiras, posicionamento de placas indicativas, locação de elementos existentes e a implantar como árvores e postes, locação de caixas pluviais, esgoto, elétrica, e outros existentes;
- Redes e pontos de consumo de hidráulica, de irrigação e drenagem, de eletricidade, de pavimentação e outros, com o caminhamento das redes de forma a evitar interferências com os canteiros previstos ou existentes;
- Planta com indicação de iluminação decorativa;
- Planta geral com indicação de curvas de nível;
- Plantas com as necessidades de movimento de terra ou eventuais acertos no terreno;
- Planta com indicação das soluções de drenagem, iluminação e irrigação adotadas.
- Memorial Descritivo do projeto de paisagismo, contendo imagens ilustrativas, nome científico, nome popular, altura, luminosidade, espaçamento para plantio, cultivo e manutenção, indicação das espécies vegetais a serem implantadas, necessidades especiais de correção de solos, rega, adubação, cuidados de poda e com interferências em redes por ventura próximas;
- Plantas com legendas com indicação de vegetação sugerida bem como o quantitativo;

- Detalhamento dos equipamentos fixos de apoio, como bancos, lixeiras, muros, cercas, em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de floreiras e canteiros em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de pontos de consumo de hidráulica, energia, alarmes, monitoramento em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, cabines e abrigos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de postes de iluminação decorativa e refletores em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Plantas de locação detalhada de árvores, arbustos e outros elementos notáveis do projeto com cotas indicativas de espaçamento de plantio;
- Manual de plantio e manutenção das espécies vegetais utilizadas;
- Quadro de matérias e acabamentos;
- Legenda botânica e quantitativos das espécies utilizadas.

Projeto de móveis planejados

- Plantas de layout e vistas de todos os móveis planejados a serem instalados, em escala não menor que 1:500 e conveniente com tamanho de folha A1;
- Detalhamento dos móveis, com indicação das medidas, portas, cores, puxadores, nichos e demais informações necessárias à perfeita caracterização dos móveis;
- Memorial Descritivo do projeto, contendo imagens ilustrativas, nomes técnicos dos materiais, e demais informações necessárias à caracterização dos móveis;
- Relação geral de materiais e quantitativos;
- Deverão ser elaborados os projetos de móveis planejados de todos os ambientes projetados.

Projeto de Identificação/comunicação Visual e sinalização

- Planta de locação, externa e interna, dos elementos de sinalização e desenhos desses elementos, em escala livre e que contenham definição da linguagem gráfica a ser utilizada nas mensagens visuais;
- Proposta de programação visual e sinalização com dimensões e caracterização dos elementos;
- Plantas de todos os pavimentos, em escala adequada, com indicação dos pontos de sinalização;
- Apresentação de alfabeto padrão, pictogramas, signos direcionais e código cromático;
- Memorial Descritivo do projeto de sinalização em suas linhas gerais justificando os principais aspectos das soluções adotadas, especificação preliminar de materiais, normas relacionadas ao projeto;
- Memorial Descritivo do projeto de sinalização, especificação final de materiais e normas relacionadas ao projeto;
- Detalhamento dos elementos de sinalização em escala 1:5 ou 1:10 com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento gráfico e critérios de alinhamento e espaçamento de letras em escala 1:1;
- Detalhamento de símbolos, pictogramas e signos direcionais utilizados, em escala 1:1, ou outra conveniente passível de indicação em folha com tamanho máximo A1;

- Detalhamento com a diagramação de associações de mensagens, escritas com signos direcionais, mensagens escritas com pictogramas, pictogramas com signos direcionais, e outras;
- Relação geral de materiais e quantitativos.

Projeto de Acessibilidade e inclusão

- Planta com a concepção das adaptações necessárias para acessibilidade das edificações existentes;
- Planta baixa das adaptações necessárias para acessibilidade das edificações existentes com cotas;
- Cortes e vistas com cotas, das adaptações necessárias e dos elementos novos;
- Planta com posicionamento de corrimãos, peitoris, rampas, elevadores acessíveis, banheiros acessíveis, louças e metais básicos;
- Memorial Descritivo do projeto, especificação final de materiais, equipamentos e normas relacionadas ao projeto;
- Detalhamento de escadas, rampas, corrimãos, guarda-corpos e elevadores em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de portas em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de banheiros acessíveis em escala 1:20 ou 1:25, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de peitoris e soleiras em escala 1:5 ou 1:10, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Relação geral de materiais e quantitativos.

Projeto luminotécnico

Planta esquemática com a concepção do sistema de iluminação dos ambientes afetados;

- Plantas de todos os ambientes de projeto, em escala adequada, com indicação dos pontos de iluminação e interruptores;
- Cortes dos ambientes definindo alturas de luminárias e proposta preliminar de conformação de forros, nichos, sancas, rebaixos, etc;
- Relação de aparelhos de iluminação e outros equipamentos, com suas características básicas e carga e capacidade e outras;
- Memorial descritivo com a descrição das soluções propostas, definição de níveis de iluminância, densidade de potência, estimativa de calor gerado no ambiente, especificação preliminar de materiais e normas relacionadas ao projeto;
- Memorial de cálculo de iluminação, com dados de entrada e tabelas de resultados, gráficos de luminância, curvas luminotécnicas das luminárias indicadas;
- Detalhamento de quadros elétricos em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de luminárias em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de sancas, nichos, forros, rebaixos, em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;

- Relação geral de materiais.

F. PROJETO ESTRUTURAL

Projeto de fundações

- Vide itens descritos no projeto básico de fundações;
- Detalhamento de nós de armadura, raios de dobradura das diversas bitolas, emendas de ferros por transpasse e por solda em escala indicada por normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de arrasamento de estacas, armadura de ligação, proteções de fundo de cavas em escala indicada por normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de escoramento de cavas de fundações em escala indicada por normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de formas em escala indicada por normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Procedimentos de execução de fundações diretas e fundações profundas com instruções de lançamento de concreto, vibração, desforma, impermeabilização, reaterro etc.

Projeto de superestrutura

- Vide itens descritos no projeto básico de superestrutura;
- Planta de Armação de todos os elementos em concreto armado contendo: enumeração das posições dos “ferros” de forma lógica, (quantitativo do aço separado por folha por pavimento para facilitar a medição durante a obra) e quantitativo global de aço;
- Cortes locais e globais da estrutura, permitindo completa descrição geométrica do objeto;
- Detalhes de eventuais furos, aberturas ou recortes para compatibilização com as disciplinas de instalações prediais;
- Projeto de cimbramento para vigas e lajes, a memória de calculo deverá ser, informando quantidade e prazo para cada um dos elementos, separado por laje, pavimento e bloco de forma que possa ser quantificado quantidade e prazo de utilização possibilitando assim as medições de forma precisa.
- Modelo tridimensional da estrutura (maquete eletrônica);
- Memória de calculo e lista de completa de materiais, contendo sua quantificação e especificação técnica, esta lista deverá ser separada por bloco e por pavimento visando a quantificação separada;
- Memorial descritivo contendo especificação técnica dos materiais empregados, juntamente com os procedimentos de execução dos serviços. Deve ter um aspecto de manual de execução, tendo o poder de dirimir quaisquer dúvidas deixadas pelas pranchas quanto às técnicas de execução, materiais empregados e cuidados especiais com o uso posterior da estrutura.
- O conjunto de pranchas, o memorial cálculo e o memorial descritivo devem possibilitar: facilidade de interpretação e execução dos elementos do projeto. Para tanto, os desenhos e demais notações deverão estar em escala apropriada, com linhas de espessuras variadas, cores e legendas onde for necessário.

Projeto de estrutura metálica

- Vide itens descritos no projeto básico de estrutura metálica.
- Detalhamento de chumbadores em escala indicada por normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;

- Detalhamento de ligações em escala indicada por normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento dos perfis em escala indicada por normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de calhas, rufos, contra rufos e acabamentos em escala indicada por normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de ligações da estrutura e telhas com sistema de aterramento;
- Detalhamento de telhas e acessórios de fixação em escala indicada por normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Procedimentos de fabricação da estrutura, corte, solda, furação, jateamento, galvanização, pintura de fundo e acabamento;
- Procedimentos de execução de superestrutura com instruções de transporte, içamento, montagem, aperto de parafusos, correções de obra, retoques de pintura, etc;
- Relação de materiais por pavimento e geral.

G. PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

A - Elétrica

Levantamento cadastral

Levantamento cadastral das redes elétricas existentes, incluindo:

- Alimentadores subterrâneos e aéreos de média e baixa tensão;
- Infraestrutura (dutos, bancos de eletrodutos, caixas de passagem, galerias técnicas);
- Quadros e painéis externos;
- Postes, iluminação externa e sistemas auxiliares;
- Interligações com subestações, geradores e edificações adjacentes;
- Identificação de interferências com a área prevista para implantação do novo edifício;
- Verificação de profundidade, traçado e capacidade das redes existentes;
- Avaliação das condições físicas e operacionais das instalações;
- Planejamento técnico das realocações antes do início das obras civis;
- Elaboração de projetos executivos específicos para desvios ou remanejamentos;
- Implantação de rotas alternativas seguras e tecnicamente adequadas;
- Substituição ou modernização de trechos comprometidos, quando necessário;
- Garantia de continuidade elétrica às unidades atendidas pelas redes afetadas.

Projeto de instalações elétricas:

- Vide itens descritos no projeto básico Projeto de instalações elétricas.
- Detalhamento de quadros de distribuição elétrica e quadros de comando em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;

- Detalhamento de quadro de medição, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de quadros de transferência de fontes de energia em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de muretas, abrigos ou cabines em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de eletrocalhas, eletrodutos, leito de cabos e esteiras de cabos em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de ramal de entrada e ponto de entrega de energia em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de subestação em poste em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de luminárias em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de luminárias de emergência em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de fixação de luminárias em paredes, tetos, forros, perfilados ou eletrocalhas em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de sistemas de boias, controladoras, chaves de comando de bombas hidráulicas ou de esgotos em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de sistemas de automação e alimentação dos equipamentos de proteção contra incêndios, como alarmes, comandos de válvulas, painéis de monitoramento entre outros, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de malha de aterramento, caixas, hastes, conexões em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de fontes auxiliares de energia, como nobreaks, geradores, banco de baterias em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de furos e passagens em lajes e vigas de concreto ou metálicas em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos.

Projeto Acústica e sonorização:

- A contratada deverá elaborar projeto de som e acústica para o anfiteatro, de modo a atender as necessidades do ambiente, quanto a som, acústica e iluminação.
- Planta detalhando os revestimentos nas paredes e tetos, contendo especificações.
- Plantas de cortes e vistas frontal em todas as paredes.
- Detalhamento dos materiais a ser utilizado no revestimento das paredes e tetos, especificações técnicas, como material composto, espessura, modo de aplicação e fixação entre outros necessários para o bom desempenho.
- Memorial descritivo com descrição final da solução proposta, com dados da acústica e sonorização, objetivo do memorial é atender normas relacionadas ao projeto de acústica e sonorização.

Projeto de instalações elétricas externa, incluindo a entrada de energia/ ramal ao alimentador e a iluminação externa:

Entrada de energia/ ramal ao alimentador:

- Vide itens descritos no projeto básico Projeto de Entrada de energia/ ramal ao alimentador.
- Detalhamento de quadros de distribuição elétrica e quadros de comando em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de quadro de medição, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de muretas, abrigos ou cabines em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de eletrocalhas, eletrodutos, leito de cabos e esteiras de cabos em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de ramal de entrada e ponto de entrega de energia em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de subestação em poste em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de malha de aterramento, caixas, hastes, conexões em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Relação de equipamentos, com suas características de carga, capacidade, marcas e modelos de referência;
- Relação de materiais por pavimento e geral;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos.

Iluminação:

- Memorial descritivo com a descrição das soluções propostas, níveis de iluminância por zonas, fatores de uniformidade, índice de reprodução de cor, quantidade de pontos de iluminação, especificação de materiais e equipamentos com indicação de marcas e modelos de referência, normas relacionadas ao projeto;

- Memorial de cálculo, com fluxo luminoso total de todas as lâmpadas, potência total, potência total por área, iluminância média E_m , iluminância mínima E_{min} , iluminância máxima E_{max} , uniformidade g_1 E_{min}/E_m , uniformidade g_2 E_{min}/E_{max} , gráficos de iluminação em grade;
- Planta geral do sistema de iluminação externa de pátios e/ou pista;
- Planta de implantação com lançamento de rede externa de iluminação, posicionamento de postes, luminárias e caixas, localização de quadros de comando;
- Detalhamento de quadros de distribuição elétrica e quadros de comando em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de eletrocalhas, eletrodutos, leito de cabos e esteiras de cabos em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de postes e luminárias em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de malha de aterramento, caixas, hastes, conexões em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de fontes auxiliares de energia, como nobreaks, geradores, banco de baterias em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de postes de iluminação com especificações construtivas e de montagem e fixação;
- Relação de materiais por pavimento e geral;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos.

Projeto de microgeração de energia fotovoltaica:

- Mapa/cronograma com todas as aprovações legais relacionadas ao projeto, com prazos, responsáveis e possíveis documentações exigidas;
- Memorial descritivo das soluções propostas, especificação final de materiais, planilha final de cargas e demanda, tensão, descrição do quadro e do sistema de transferência entre energia de geração alternativa e energia da concessionária, previsão de modulação de instalação, normas relacionadas ao projeto, indicação de Marcas e Modelos de referência dos módulos de geração ou equipamentos de geração, módulos conversores;
- Planta do sistema de instalações de energias alternativas;
- Planta de implantação com as indicações de localização dos grupos geradores e captação de energia, cabines ou módulos de inversão, pontos de interligação com o sistema convencional de energia elétrica, quadro de medição;
- Planilha de cargas aplicadas nos apoios ou estruturas de fixação, para verificação final de estruturas metálicas e de concreto;
- Detalhamento de quadros de distribuição elétrica e quadros de comando em escala em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;

- Detalhamento de quadro de medição, em escala em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de quadros de transferência de fontes de energia em escala em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de muretas, abrigos ou cabines em escala em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de eletrocalhas, eletrodutos, leito de cabos e esteiras de cabos em escala em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de malha de aterramento, caixas, hastes, conexões em escala em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de furos e passagens em lajes e vigas de concreto ou metálicas em escala em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de elementos de fixação e chumbadores em escala em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Relação de materiais por pavimento e geral;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos.

Projeto de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA):

- Mapa/cronograma com todas as aprovações legais relacionadas ao projeto, com prazos, responsáveis e possíveis documentações exigidas;
- Memorial descritivo com a descrição das soluções propostas, especificação final de materiais, resistência máxima do solo, nível de proteção da instalação, método de instalação, sistema de ligação com estruturas metálicas e outras massas metálicas, critérios de utilização da armação da estrutura de concreto da edificação como parte integrante do sistema de SPDA, normas relacionadas ao projeto;
- Planta geral do sistema de SPDA;
- Planta de implantação com a lançamento do sistema geral de SPDA, indicação da resistência máxima de terra a das equalizações, especificação do sistema de para-raios, integração com o sistema de aterramento geral da edificação, pontos de descarga no solo e malha de solo;
- Plantas de todos os pavimentos em escala indicada conforme normativas vigentes, com indicação da posição de prumadas;
- Plantas de todos os pavimentos em escala indicada conforme normativas vigentes, com indicação da posição de prumadas;
- Esquema isométrico geral em escala indicada conforme normativas vigentes;
- Planta de cobertura com indicação do sistema e malha de captação

- Aprovações legais relacionadas ao projeto, ou protocolos de entrada de projetos para aprovação final nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos;
- Detalhamento de captores, malhas de cobertura, pontos de conexões, cordoalhas, fitas, soldas em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de pontos de ligação com massas metálicas, armadura de elementos de concreto, estruturas metálicas em geral e telhas metálicas em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de malha de aterramento, caixas, hastes, conexões em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de furos e passagens em lajes e vigas de concreto ou metálicas em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Relação de materiais por pavimento e geral;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos.

Projeto de CFTV (Circuito Fechado de Televisão, e Telefone) e controle de acesso:

- Vide itens descritos no projeto básico de CFTV.
- Detalhamento de racks em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de quadros de controle e conexão, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de muretas, abrigos ou cabines em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de eletrocalhas, eletrodutos, leito de cabos e esteiras de cabos em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de câmeras e suas fixações e alimentação elétrica, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de malha de aterramento, caixas, hastes, conexões em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de fontes auxiliares de energia, como nobreaks, geradores, banco de baterias em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;

- Detalhamento de saídas, furos e passagens em lajes e vigas de concreto ou metálicas em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de equipamentos de controle de acesso, como cancelas, catracas, fechaduras automáticas, sensores de movimento, etc, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de pontos de utilização de TIC, conectores, switches, patch panels, roteadores, patch cords e outros elementos do sistema em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de salas de controle e monitoramento em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, localização;
- Detalhamento do arranjo dos consoles da central de monitores e do arranjo dos bastidores em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Relatório com indicação dos manuais específicos dos equipamentos e softwares propostos, formas de utilização e gerenciamento;
- Relação de materiais por pavimento, área e geral;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos.

H. PROJETO HIDROSSANITÁRIO

Levantamento cadastral

- Levantamento técnico das redes hidráulicas externas existentes;
- Identificação do traçado, profundidade, diâmetro e material das tubulações;
- Localização de poços de visita, caixas de inspeção, caixas de gordura, bocas de lobo, galerias e reservatórios;
- Verificação das interligações com edificações existentes;
- Avaliação das condições físicas e operacionais das redes;
- Identificação de interferências com a área prevista para implantação do novo edifício;
- Elaboração de projeto executivo específico para os remanejamentos;
- Execução das adequações antes do início das obras estruturais do novo edifício;
- Implantação de desvios provisórios, quando necessário;
- Manutenção das declividades adequadas nas redes de esgoto e pluvial;
- Garantia da continuidade do abastecimento de água fria às edificações existentes;
- Testes de funcionamento e estanqueidade após as intervenções.

Hidráulico

- Vide itens descritos no projeto básico Projeto hidráulico;
- Esquemas isométricos geral, por tipo e dos ambientes em escala adequada conforme normativa, com pontos de consumo;
- Esquema vertical de água geral e por tipo, em escala adequada conforme normativa;

- Vistas de todas as paredes com instalações hidráulicas em escala adequada, conforme normativa, com indicação das tubulações, registros, equipamentos, válvulas, sentido de fluxo, diâmetros, material e cotas de instalação;
- Detalhamento dos reservatórios com especificações de alturas de pontos de consumo predial e RTI, limpeza, abastecimento, sistemas elétricos de controle;
- Detalhamento de reservatórios e cisternas em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de casa de bombas e do sistema de bombeamento em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de shaft's, aberturas em lajes e vigas em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de válvulas, registros e derivações em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de fixações em paredes, vigas, pilares e lajes, das tubulações aparentes, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento dos pontos de consumo e peças de utilização em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de boilers, placas solares, aquecedores de passagem, bombas pressurizadoras e circuladoras e outros elementos em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala adequada conforme normativas, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos;
- Relação de materiais por pavimento e geral.

Esgoto sanitário

- Vide itens descritos no projeto básico de Esgoto Sanitário.
- Detalhamento de caixas de inspeção, passagem, derivação, poços de visita em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de casa de bombas e do sistema de bombeamento em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento das ligações com redes existentes em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de shaft's, aberturas em lajes e vigas em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de fixações em paredes, vigas, pilares e lajes, das tubulações aparentes, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;

- Detalhamento dos pontos e peças de utilização em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos;
- Relação de materiais por pavimento e geral.

Águas pluviais (Captação e Drenagem)

- Vide itens descritos no projeto básico de Águas pluviais.
- Detalhamento de tanques de acumulação em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de caixas de inspeção, passagem, areia, derivação, poços de visita em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, com tabela de indicação de numeração das caixas do projeto, cotas de fundo, de entradas e saídas;
- Detalhamento de casa de bombas e do sistema de bombeamento em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento das ligações com redes existentes em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de shaft's, aberturas em lajes e vigas em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de fixações em paredes, vigas, pilares e lajes, das tubulações aparentes, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de calhas e coletores pluviais em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de caixas tipo boca de lobo em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, com tabela de indicação de numeração das caixas do projeto, cotas de fundo, de entradas e saídas;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos;
- Relação de materiais por pavimento e geral.

Projeto hidrossanitário (reaproveitamento de águas pluviais)

- Vide itens descritos no projeto básico hidrossanitário.
- Detalhamento de tanques de acumulação em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de caixas de inspeção, passagem, areia, derivação, poços de visita em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, com tabela de indicação de numeração das caixas do projeto, cotas de fundo, de entradas e saídas;
- Detalhamento de casa de bombas e do sistema de bombeamento em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;

- Detalhamento das ligações com redes existentes em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de shaft's, aberturas em lajes e vigas em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de fixações em paredes, vigas, pilares e lajes, das tubulações aparentes, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de calhas e coletores pluviais em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de caixas tipo boca de lobo em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, com tabela de indicação de numeração das caixas do projeto, cotas de fundo, de entradas e saídas;
- Detalhamento de abrigos e fixações de pontos de consumo de águas de reuso em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de tanques sépticos, filtros anaeróbicos, caixas de gordura, tanques de aeração, valas de filtração ou de infiltração em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos;
- Relação de materiais por pavimento e geral.

I - PROJETO DE GASES MEDICINAIS

- Levantamento cadastral completo da rede existente de gases medicinais (oxigênio, ar comprimido e vácuo), incluindo traçado das tubulações, diâmetros, materiais, localização de válvulas setoriais e gerais e capacidade das centrais para interligação com o hospital, caso haja viabilidade;
- Caso necessário, detalhamento de nova central de gases em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de portas, grades e ventilações de central de gás e de ventilação permanente em ambientes com uso de gás combustível, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de tomadas de abastecimento, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de abrigos de conjuntos de controle e manobra, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de abrigos de medidores de gás, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de válvula de corte geral de gás da edificação, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de pontos de consumos, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de placas de sinalização e advertência, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;

- Detalhamento de elementos do sistema de exaustão da edificação, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de shaft's, aberturas em lajes e vigas em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de válvulas, registros e derivações em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de fixações em paredes, vigas, pilares e lajes, das tubulações aparentes, em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala adequada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos;
- Relação de materiais por pavimento e geral.

J. PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E ELEVADORES

- Vide itens descritos no projeto básico de Climatização Central de ar condicionado Chiller e splits, ventilação mecânica, exaustão e elevadores:
- Detalhamento de central de climatização adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de áreas técnicas de instalação de condensadoras, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de sistemas de ventilação e renovação de ar nas salas dotadas de condicionamento de ar, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de drenos e linhas frigoríferas, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de abrigos de dutos, isolamento, dumpers, derivadores, filtros, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de insufladores e bocais de retorno, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de quadros de comando e controle de sistema de climatização e ventilação, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de isolamentos térmicos, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de placas de sinalização e advertência, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de elementos do sistema de exaustão da edificação, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de shaft's, aberturas em lajes e vigas em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;

- Detalhamento de válvulas, registros e derivações em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de fixações em paredes, vigas, pilares e lajes, das tubulações aparentes, em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala adequada conforme normativa, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Aprovações legais finais relacionadas ao projeto nos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos;
- Relação de materiais por pavimento e geral.
- Descritivo do elevador (pneumático ou elétrico), com capacidade compatível com o empreendimento, cabine em inox, sistema de abertura em pavimento por falta de energia, sensor nas portas, piso em granito, um dos elevadores com capacidade de entrada de cama hospitalar.

K - Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio

Projeto PSCIP (complementos arquitetônicos e gerais, sistemas elétricos e eletrônicos, instalações hidráulicas):

Arquitetônico

- Detalhamento de escadas, rampas, corrimãos, guarda-corpos e elevadores em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de portas de emergência e portas resistentes ao fogo em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de extintores em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de pontos de ancoragem de cabos em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência.

Instalações Elétricas

- Vide itens descritos no projeto básico Instalações Elétricas
- Detalhamento de sistemas de automação e alimentação dos equipamentos de proteção contra incêndios, como alarmes, comandos de válvulas, painéis de monitoramento entre outros, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de sistema de proteção contra incêndio e iluminação de emergência da cabine em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de sistemas de automação e alimentação dos equipamentos de proteção contra incêndios, como painéis de monitoramento entre outros, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de luminárias de emergência e placas luminosas de abandono de local e de rotas de fuga em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;

- Detalhamento de botoeiras de alarme, sirenes e central de alarme em escala 1:10 ou 1:20, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de sensores de fumaça em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de eletrocalhas, eletrodutos, leito de cabos e esteiras de cabos em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de fixação de luminárias em paredes, tetos, forros, perfilados ou eletrocalhas em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de sistemas de automação e alimentação dos equipamentos de proteção contra incêndios, como alarmes, comandos de válvulas, bombas, painéis de monitoramento, entre outros, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de malha de aterramento, caixas, hastes, conexões em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de furos e passagens em lajes e vigas de concreto ou metálicas em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Esquema isométrico geral em escala indicada conforme normativas vigentes;
- Relação de materiais por pavimento e geral.

Instalações Hidráulicas

- Vide itens descritos no projeto básico Instalações Hidráulicas.
- Detalhamento de reservatórios destinados à RTI em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de centrais de bombeamento, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de abrigos de mangueiras para hidrantes e/ou mangotinhos, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de hidrantes de recalque, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de placas de sinalização e advertência, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;

- Detalhamento de elementos do sistema chuveiros automáticos, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos, marcas e modelos de referência;
- Detalhamento de shaft's, aberturas em lajes e vigas em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de válvulas, registros e derivações em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de fixações em paredes, vigas, pilares e lajes, das tubulações aparentes, em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Detalhamento de caixas de passagem em escala indicada conforme normativas vigentes, com plantas, vistas e cortes dos elementos, especificações dos materiais, quantidades, posicionamentos;
- Memorial descritivo com a descrição das soluções propostas, classificação da ocupação, definição dos sistemas hidráulicos, reservatórios, casas de bombas, sistemas de chuveiros automáticos, locação de hidrantes, especificação de sistemas de mangueiras, descrição de inter relacionamento com sistemas elétricos e de monitoramento, especificação de materiais, normas relacionadas ao projeto;
- Aprovação do Projeto de Prevenção de Combate a Incêndio junto ao Corpo de Bombeiro Militar do Estado de São Paulo;

L - Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro

- Estrutura Analítica de Orçamento compatível com a Estrutura Analítica de Cronograma;
- Memorial de cálculo de quantitativos de serviços e insumos das disciplinas, geral e individualizado por ambientes de aplicação, onde for cabível;
- Planilha com a identificação dos códigos de insumos e composições de serviços da planilha CDHU, FDE, SINAPI ou outras planilhas oficiais que serão utilizadas;
- Planilha com as composições analíticas de serviços utilizadas;
- Planilha com as composições analíticas próprias de serviços;
- Planilha de pesquisa de mercado de insumos e serviços não constantes na base de dados da CDHU, FDE, SINAPI ou em outras bases oficiais de referência, com no mínimo 3 cotações para cada serviços ou insumo, com apresentação das cotações;
- Relatório de avaliação dos custos horários de equipamentos, considerando as condições locais de operação e a taxa legal de juros;
- Relatório de avaliação do percentual de Leis Sociais (LS) em função das características do local de execução dos serviços;
- Relatório de avaliação do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) em função do volume ou porte dos serviços e do local de execução;
- Relatório de pesquisa dos índices de aplicação de materiais e mão-de-obra, considerando as condições locais ou regionais de execução;
- Orçamento Sintético da obra;
- Orçamento Analítico da obra;
- Curva ABC de serviços;
- Curva ABC de insumos;

- Elaboração dos orçamentos em software compatível com os presentes no órgão contratante, ou em planilha eletrônica editável para efeitos de atualização rápida dos mesmos;
- Apresentação de planilha com o Cronograma Físico-Financeiro da obra;
- Caderno de encargos com descrição de atividades e serviços específicos definidos para a obra;
- Caderno de metodologias de execução, fiscalização e medição de serviços da obra;

Cronograma de realização dos serviços:

5.10. O objeto do contrato deverá ser executado conforme o estabelecido neste termo de referência e concluído conforme os prazos estabelecidos no **ANEXO deste projeto básico**, contados a partir da data de assinatura do contrato, conforme condições estabelecidas neste projeto básico e seus Anexos;

5.10.1. A execução dos serviços deverá ter início em até **05 (cinco) dias úteis** contados da data da assinatura do contrato;

Etapa	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
COORDENAÇÃO DE PROJETOS	16,66%	16,66%	16,66%	16,66%	16,66%	16,70%
ESTUDO PRELIMINAR	75%	25%				
PROJETO DE ARQUITETURA	20%	20%	20%	20%	20%	
PROJETO ESTRUTURAL		25%	25%	25%	25%	
PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS	20%	20%	20%	20%	20%	
PROJETO HIDROSSANITÁRIO	20%	20%	20%	20%	20%	
PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO		25%	25%	25%	25%	
PROJETO DE GASES MEDICINAIS	20%	20%	20%	20%	20%	
PROJETO DE INCÊNDIO		25%	25%	25%	25%	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					50%	50%

6. Modelo de Gestão do Contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de Medição e de Pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. O Contratante executará mensalmente a medição dos serviços considerando a quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis ao Contratado, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato e no Edital.

7.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a medição dos serviços executados, acompanhada de todos os documentos comprobatórios, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** contados do encerramento de cada mês.

7.3. Todos os serviços executados pela CONTRATADA deverão ser aprovados pelo CONTRATANTE. O desenvolvimento das atividades obedecerá ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado na proposta.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto Estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.10.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.10.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.12.Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (Trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII);

7.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.12.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.13.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14.Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.16.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17.Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.19.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.21.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.22.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23.Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.24.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.25.O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.26.No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.27.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.27.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.28.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29.O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e Critério de Seleção Fornecedor

'Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.24.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnico Operacional

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

8.28.1. Coordenação de projetos de no mínimo 3.159,96m² equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

8.28.2. Estudo preliminar de no mínimo 3.159,96m² equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

8.28.3. Serviços de elaboração de projetos de arquitetura para edificações de no mínimo 3.159,96m² equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

8.28.4. Serviços de elaboração de projetos de estruturas para edificações de no mínimo 3.159,96m² equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

8.28.5. Serviços de elaboração de projetos de elétrica para edificações de no mínimo 3.159,96m² equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

8.28.6. Serviços de elaboração de projetos de hidráulica para edificações de no mínimo 3.159,96m² equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

8.28.7. Serviços de elaboração de projetos de climatização para edificações de no mínimo 3.159,96m² equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

8.28.8. Serviços de elaboração de projetos de gases medicinais para edificações de no mínimo 3.159,96m² equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

8.28.9. Serviços de elaboração de projetos de incêndio para edificações de no mínimo 3.159,96m² equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

8.28.10. Serviços de elaboração de planilha orçamentária para edificações de no mínimo 3.159,96m² equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados.

8.29. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de no máximo 03 (três) diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.31 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.32 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

8.34. Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.34.1 Conforme o Anexo: Modelo para apresentação dos integrantes da equipe técnica;

8.34.2. Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo CREA ou pelo CAU por execução de serviços de características semelhantes, conforme descrito no Anexo IV referente aos Critérios de Julgamento das Propostas.

8.34.3 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.34.4 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.34.5 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Outras comprovações

8.35. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.36. Tratando-se de consórcio:

8.36.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.36.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.36.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.36.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.37. Declaração subscrita por representante legal do licitante, em conformidade com o modelo constante de Anexo do Edital, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, a Licença de Funcionamento, do Estado ou do Município onde estiver instalado, e a Autorização de Funcionamento outorgada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

8.38. Declaração de conflito de interesse subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo anexo ao Edital, afirmando que os sócios e/ou proprietários não são membros do corpo diretivo, tenham cargo de chefia ou confiança e que não estejam envolvidos diretamente na utilização dos produtos ou serviços, objeto deste processo de compra em qualquer uma das seguintes entidades: Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA; Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR; ou, Fundação Municipal de Ensino – FUMES, em atendimento à Lei Federal nº 14.133 /2021.

9. Estimativas do Valor da Contratação

9.1 O valor estimado total da contratação é de **R\$ 1.645.668,00 (um milhão seiscentos e quarenta e cinco mil seiscentos e sessenta e oito reais)**, conforme custos unitários apostos em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

10. Adequação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 092601/09060;
- II. Fonte de Recursos: 150.010.002;
- III. Programa de Trabalho: 10122094125740000;
- IV. Elemento de Despesa: 44905110;
- V. Plano Interno: Não se aplica;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GISELE FURQUINI GOMES MOTA FARIAS

Assessor II da Coord. de Infra. e Logística do HCFAMEMA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

LOTE 01		
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	PRAZO DE EXECUÇÃO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO DO PRÉDIO AMBULATORIAL DO HCFAMEMA	180 (CENTO E OITENTA) DIAS



. TÉRREO (S)
Escala: 1:50



1º PAVIMENTO (E)

Escala: 1:50



PROPRIETÁRIO
HCFamema
ENDEREÇO
Rua Dr. Reinaldo Machado, 333 Marília SP
ARQUITETO RESPONSÁVEL
Gisele Furquini

PROJETO
Unificação dos Ambulatórios de Especialidades - PAMB+

REVISÃO
R00
CONTATO
+55 14 3434 2525 R.1786
crl@hcfamema.sp.gov.br

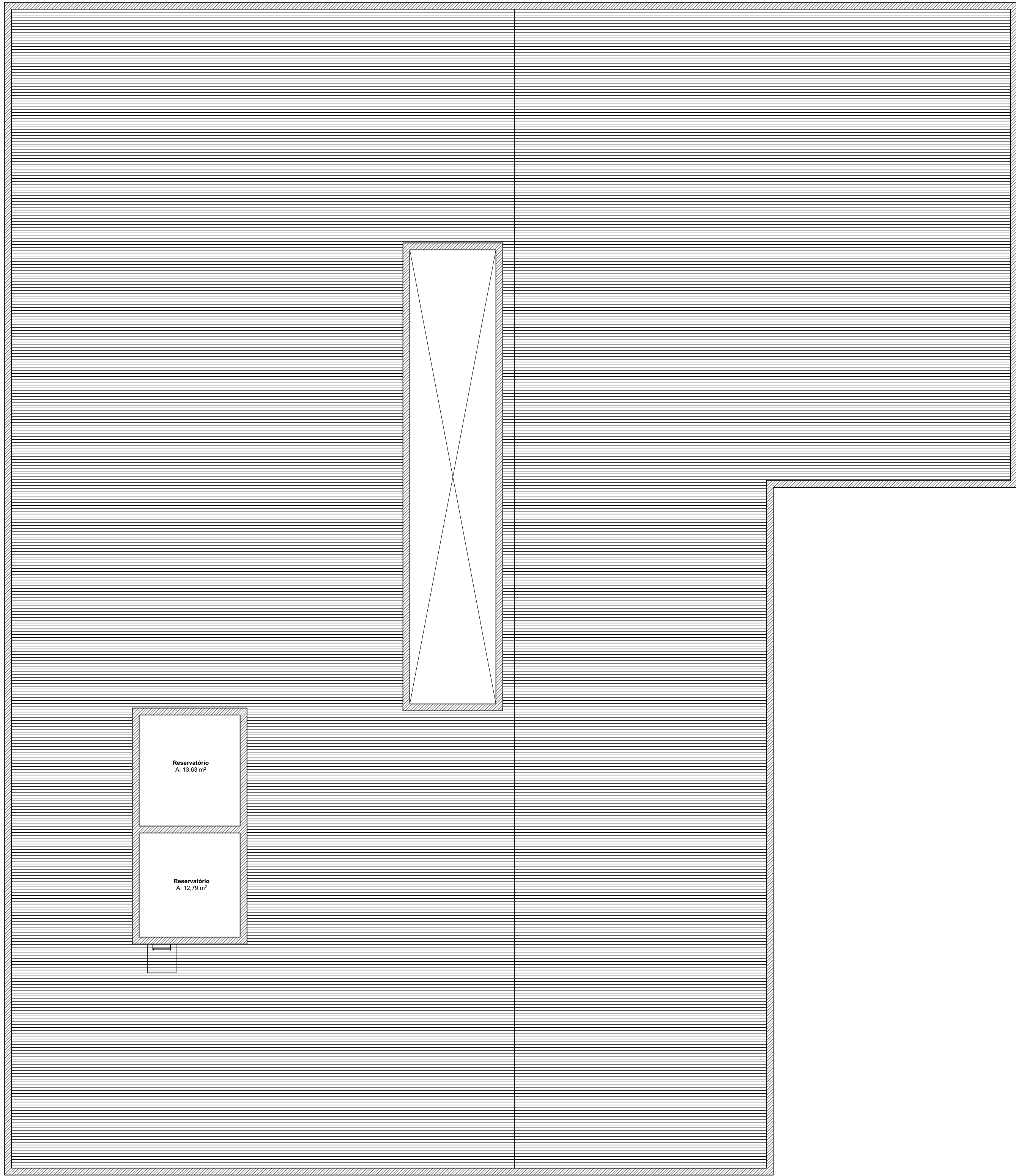
CONTEÚDO
Planta Baixa - 1º Pav.
ESCALA
1:2000, 1:100
PRANCHA
2/8
DATA
22/05/2026



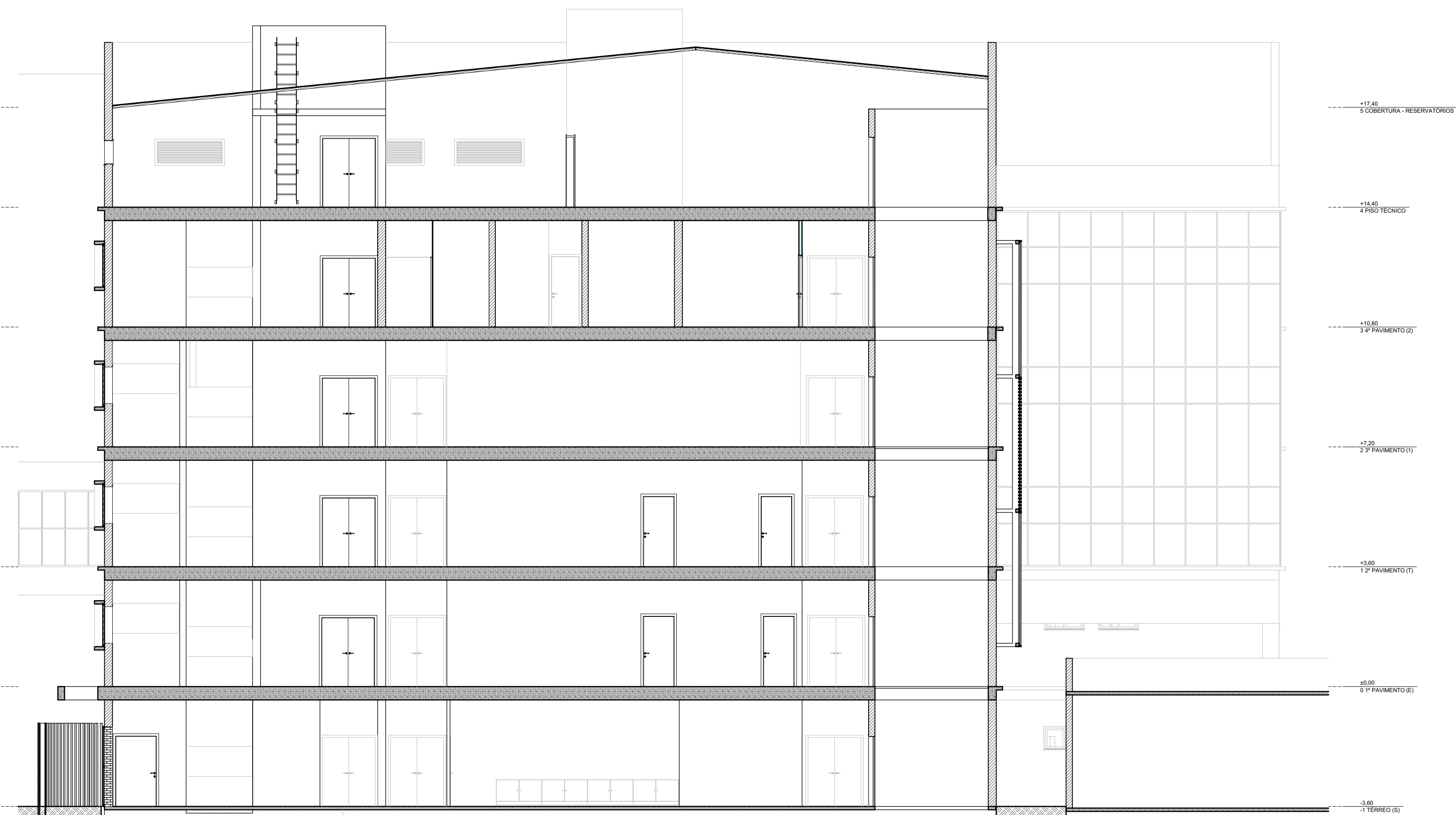
. 2º PAVIMENTO (T)
Escala: 1:50



4º PAVIMENTO (2)
Escala: 1:50



. COBERTURA - RESERVATÓRIOS
Escala: 1:50



AAA
Escala: 1:50



B BB
Escala: 1:50



E1 ELEVÇÃO FRONTAL
Escala: 1:50



E2 ELEVÇÃO LATERAL ESQUERDA
Escala: 1:50

ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA

Estudo Técnico Preliminar 119/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 144.00005977/2026-62

2. Da Elaboração do ETP

2.1. Documento elaborado no Sistema ETP Digital, disponível no Portal do Governo Federal, e conforme orientações do "Manual" disponibilizado em 08/02/2024, pela Secretária de Gestão e Governo Digital do estado de São Paulo.

2.2. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) analisa a demanda referente ao Documento de Formalização de Demanda (DFD) que compõe este processo.

2.3. Informo que este documento foi elaborado atendendo ao artigo 4º do Decreto Estadual nº. 68.017, de 11 de outubro de 2023, e estabelece os aspectos para a contratação e sua viabilidade.

3. Descrição da necessidade

3.1. **CONSIDERANDO** que atualmente, todos os serviços ofertados pelo DASAMB estão alocados em estruturas físicas distintas, sendo cinco diferentes locais e contextos, e que, tal distribuição assistencial vem ocasionando inúmeras dificuldades e limitações nos processos do cotidiano do trabalho em saúde, uma vez que acarreta a necessidade de replicação de diversas estruturas, equipamentos e serviços, tais como recepção, higiene, zeladoria, entre outros.

3.2. **CONSIDERANDO** a dificuldade que esta descentralização incide na logística dos municípios no que diz respeito ao transporte dos pacientes, uma vez que os atendimentos acontecem em regiões distintas da cidade.

3.3. Pudemos identificar que a descentralização do atendimento ambulatorial, além de gerar grandes custos operacionais e perdas de eficiência logística, compromete a acessibilidade aos serviços ambulatoriais de forma relevante.

3.4. O HCFAMEMA segue constantemente à busca por estratégias no intuito de ampliar o acesso e produzir um cuidado à saúde de forma humanizada e orientado pelos princípios do SUS. Nesse sentido, o referido projeto proporá a construção de um prédio que centralize o cuidado ambulatorial, denominado "Ambulatório Geral" que, além de minimizar os impactos nos processos de trabalho e custos desnecessários, favorecerá a integração das especialidades, possibilitando o olhar integral às necessidades dos pacientes assistidos pela Instituição.

3.5. Além disso, teríamos uma nova edificação assistencial com redes hidrossanitárias, elétricas e lógicas adequadas às normas atuais; instalação de sistema de climatização dutado adequado ao ambiente hospitalar; execução de piso granilite, pintura látex acrílica lavável e execução de revestimentos cerâmicos e soleiras atendendo-se aos requisitos do Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde (Resolução RDC Nº50), instalação de forros em gesso acartonado garantido conforto termoacústico; instalação de metais e louças sanitárias adequadas; instalação de esquadrias de alumínio e vidro garantido iluminação e ventilação adequadas; execução de pintura de elementos metálicos e em madeira com esmalte sintético para facilitar a higienização; instalação de novas pias, balcões, bancada e armários para acomodação dos serviços ambulatoriais e instalação de equipamentos e sinalizações de combate e prevenção a incêndios adequados.

3.6. Assim, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO PRÉDIO AMBULATORIAL DO HCFAMEMA** especificado abaixo, representa medida necessária, permitindo a execução da obra dentro dos padrões de qualidade e segurança:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	SERVICO DE ELABORACAO DE PROJETO DE ENGENHARIA - EXECUTIVO DE OBRA EM EDIFICACAO - PERIODO ATE 12 MESES ÁREA TOTAL: 6.319,92 M² Codigo:74520 Cod.SIAFISICO: 53767 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod. ND:44905110	20060	UNIDADE	1

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Infraestrutura e Logística	Gisele Furquini Gomes Mota Farias

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Subcontratação

5.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratual.

Sustentabilidade

5.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- 5.2.1. Aferição das medidas do projeto “in loco”, com acompanhamento dos setores **COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (CIL) e SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO (CIL-SPD)** do HCFAMEMA a fim de se dirimir quaisquer desperdícios de tempo e materiais.
- 5.2.2. Dar prioridade à compra de materiais de construção civil com selos ambientais como: o FSC (Forest Stewardship Council), que garante que a madeira e seus derivados provêm de manejo florestal responsável e sustentável; o selo ISO 14001, aplicável a qualquer tipo de material ou fabricante, assegura que o processo produtivo segue um sistema de gestão ambiental eficaz; o Selo Verde, concedido pelo Instituto Falcão Bauer, certifica materiais como cimento, tintas, pisos e cerâmicas com desempenho ambiental superior, considerando critérios técnicos e o ciclo de vida do produto; o Rótulo Ecológico da ABNT (ABNT Ecolabel), baseado na norma NBR ISO 14024, que identifica produtos como tintas, cerâmicas e revestimentos que possuem menor impacto ambiental segundo as normas da ABNT; o Selo Procel de Economia de Energia é voltado para equipamentos elétricos utilizados na construção, como motores, lâmpadas e aquecedores, indicando alta eficiência energética; os materiais com pontuação LEED são aqueles que contribuem para obras sustentáveis com certificação LEED, por meio de características como conteúdo reciclado, baixa emissão de compostos

orgânicos voláteis e origem regional; e o Cradle to Cradle (C2C), que atesta que o material pode ser reciclado ou reaproveitado em um ciclo fechado, demonstrando responsabilidade ambiental durante toda a vida útil do produto.

Garantia da contratação

5.3. A garantia contratual tem por finalidade proteger o interesse público, assegurando o adimplemento das obrigações assumidas pelo contratado e minimizando os riscos decorrentes de eventual inadimplemento.

5.4. A Administração poderá utilizar essa garantia para cobrir:

- Danos decorrentes da inexecução contratual;
- Penalidades aplicadas à contratada;
- Obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais não quitadas;
- Outros prejuízos causados à Administração ou a terceiros durante a execução do contrato.

5.5. Conforme entendimento já consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU):

> “A exigência de garantia visa assegurar a execução adequada do contrato e o cumprimento dos compromissos assumidos, eliminando riscos de insucesso.” (Acórdão nº 801/2004 – Plenário, TCU).

5.6. Além disso, o Acórdão nº 859/2006 – Plenário, TCU, adverte que:

> “O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto na legislação vigente, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão [...]”.

5.7. A solicitação de garantia da contratação é uma ferramenta importante para garantir a execução adequada dos contratos públicos, protegendo o interesse público e incentivando o cumprimento das obrigações por parte da contratada; A disciplina relativa à prestação da garantia constará mais detalhada em tópicos específicos do Termo de Referência e Minuta do Contrato.

Vistoria

5.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 17:00 horas.

5.9. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.10. A CONTRATADA deverá atuar em conjunto com os setores **COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (CIL) e SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO (CIL-SPD)** do HCFAMEMA nas visitas técnicas e na coleta de informações referentes ao objeto desse estudo, antes de iniciar qualquer atividade.

5.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.12. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5.12.1. O interessado deverá agendar a vistoria através dos telefones (14) 3434-2501 de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 17:00 horas ou pelo e-mail: cfc-licitacao@hcfamema.sp.gov.br.

6. Levantamento de Mercado

6.1. O levantamento de mercado considera a existência de diversas empresas especializadas aptas à elaboração de projetos de engenharia e arquitetura para edificações ambulatoriais, incluindo projetos arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, climatização, gases medicinais, acessibilidade, prevenção e combate a incêndio, além de planilhas e memoriais técnicos.

6.2. Verificou-se que a contratação integrada de empresa especializada representa a solução mais vantajosa, considerando a necessidade de compatibilização entre projetos, responsabilidade técnica unificada e maior eficiência na execução dos serviços.

6.3. Constatou-se ainda que a Administração não dispõe de equipe técnica especializada suficiente para elaboração integral dos projetos, tornando necessária a contratação externa, em observância aos princípios da eficiência e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de engenharia e arquitetura destinados à construção de Prédio Ambulatorial, contemplando projetos básicos e executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e compatibilização entre disciplinas.

7.2. Os serviços deverão atender às normas técnicas da ABNT, exigências da ANVISA, normas de acessibilidade, segurança contra incêndio e demais legislações aplicáveis, garantindo funcionalidade, segurança, eficiência e adequação às necessidades do atendimento ambulatorial.

7.3. A solução inclui ainda levantamentos técnicos, visitas ao local, emissão de ART/RRT e entrega de todos os documentos necessários para futura licitação e execução da obra.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Tabela da estimativa das quantidades da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	SERVICO DE ELABORACAO DE PROJETO DE ENGENHARIA - EXECUTIVO DE OBRA EM EDIFICACAO - PERIODO ATE 12 MESES ÁREA TOTAL: 6.319,92 M² Codigo:74520 Cod.SIAFISICO: 53767 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod. ND:44905110	20060	UNIDADE	1

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.645.668,00

9.1. O levantamento de mercado foi feito baseado no Boletim de Custos CDHU nº 201 - Vigência: Fevereiro/2026.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Considerando o objeto referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviço de elaboração de projeto de engenharia do Prédio Ambulatorial, analisou-se a viabilidade técnica, operacional e econômica do parcelamento da solução, nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Verificou-se que os serviços possuem natureza técnica integrada e interdependente, abrangendo disciplinas complementares de engenharia e arquitetura, tais como arquitetura, estrutura, instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização, prevenção e combate a incêndio, acessibilidade, entre outras, cuja compatibilização é essencial para garantir a funcionalidade, segurança e eficiência do empreendimento.

10.3. Nesse contexto, o parcelamento da contratação por disciplinas ou etapas distintas poderá acarretar riscos de incompatibilidade entre projetos, retrabalho, aumento de custos administrativos, dificuldades na definição de responsabilidades técnicas e comprometimento do cronograma de execução, prejudicando a eficiência da futura contratação.

10.4. Além disso, a contratação integrada dos serviços favorece a padronização das soluções técnicas, a centralização da responsabilidade técnica da contratada e maior eficiência na coordenação e compatibilização dos projetos executivos.

10.5. Dessa forma, conclui-se pela não adoção do parcelamento da solução, em razão da inviabilidade técnica e da necessidade de garantir a integração, compatibilidade e eficiência dos projetos de engenharia do Prédio Ambulatorial, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há necessidade de contratação e/ou interdependente, visto que a empresa contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e serviços necessários para a execução do objeto.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente contratação de empresa especializada para prestação de serviço de elaboração de projeto de engenharia do Prédio Ambulatorial encontra-se alinhada ao planejamento estratégico institucional e às necessidades administrativas identificadas pela Administração Pública, visando à ampliação e melhoria da infraestrutura destinada ao atendimento ambulatorial.

12.2. A demanda está compatível com os instrumentos de planejamento vigentes, especialmente no que se refere às ações voltadas à modernização, adequação e expansão dos serviços de saúde e atendimento à população, contribuindo para a melhoria das condições de funcionamento das unidades administrativas e assistenciais.

12.3. A contratação também se encontra em consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA), quando aplicável, bem como com as previsões orçamentárias da Administração, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.3.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme designação da Equipe de Planejamento da Contratação publicada no PNCP, Id pca PNCP: 24082016000159-0-000001/2026 - HCFAMEMA.

12.4. A elaboração dos projetos de engenharia constitui etapa indispensável para futura execução da obra do Prédio Ambulatorial, possibilitando o adequado planejamento técnico, definição de custos, especificações, cronograma físico-financeiro e demais elementos necessários à viabilização do empreendimento.

12.5. Dessa forma, verifica-se que a contratação pretendida está devidamente alinhada ao planejamento institucional, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da Administração e para a adequada prestação dos serviços públicos.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviço de elaboração de projeto de engenharia do Prédio Ambulatorial proporcionará benefícios técnicos, operacionais e administrativos à Administração Pública, contribuindo para a adequada estruturação do futuro empreendimento.

13.2. Entre os principais benefícios esperados, destacam-se:

- Elaboração de projetos técnicos completos, compatibilizados e em conformidade com as normas técnicas vigentes, possibilitando maior segurança e qualidade na futura execução da obra;
- Melhor definição das soluções arquitetônicas e de engenharia, garantindo funcionalidade, acessibilidade, sustentabilidade, eficiência operacional e atendimento adequado às demandas do serviço ambulatorial;
- Redução de riscos de falhas, incompatibilidades e retrabalhos durante a execução da obra, em razão do adequado planejamento técnico e da compatibilização entre as disciplinas de projeto;
- Maior precisão na estimativa de custos e no planejamento físico-financeiro do empreendimento, favorecendo o controle orçamentário e a economicidade da futura contratação da obra;
- Atendimento às exigências legais e normativas aplicáveis às edificações públicas e unidades de saúde, incluindo normas de acessibilidade, segurança, prevenção e combate a incêndio, instalações prediais e vigilância sanitária;
- Possibilidade de obtenção de maior eficiência na gestão e fiscalização da futura obra, em razão da existência de documentação técnica detalhada e padronizada;
- Contribuição para a melhoria da infraestrutura pública de atendimento ambulatorial, promovendo melhores condições de atendimento à população, conforto aos usuários e condições adequadas de trabalho aos profissionais;
- Apoio ao planejamento institucional da Administração, permitindo a viabilização técnica e administrativa do futuro empreendimento de forma organizada, eficiente e sustentável.

13.3. Dessa forma, a contratação contribuirá diretamente para a obtenção de soluções técnicas adequadas, redução de riscos na execução da obra e melhoria da prestação dos serviços públicos relacionados ao atendimento ambulatorial.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia do Prédio Ambulatorial poderá envolver impactos ambientais indiretos relacionados às futuras etapas de execução da obra e operação da edificação, devendo os projetos contemplar soluções que minimizem tais impactos e promovam a sustentabilidade ambiental.

15.2. Entre os possíveis impactos ambientais associados ao empreendimento, destacam-se:

- Geração de resíduos da construção civil durante a futura execução da obra;
- Consumo de recursos naturais, como água, energia elétrica e materiais de construção;
- Possível supressão de vegetação e movimentação de solo, conforme características do terreno e diretrizes urbanísticas aplicáveis;
- Emissão de ruídos, poeira e resíduos provenientes das atividades construtivas;
- Aumento da demanda por infraestrutura urbana e sistemas de drenagem, abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Possíveis impactos relacionados ao consumo energético e à operação da edificação ao longo de sua vida útil.

15.3. Visando à mitigação desses impactos, os projetos de engenharia deverão observar critérios de sustentabilidade e eficiência ambiental, sempre que tecnicamente viáveis, incluindo:

- Utilização de soluções arquitetônicas e de engenharia que favoreçam iluminação e ventilação natural;
- Previsão de sistemas e equipamentos com maior eficiência energética e racionalização do consumo de água;
- Compatibilização dos projetos com as normas ambientais, urbanísticas e de acessibilidade vigentes;
- Previsão de gerenciamento adequado de resíduos da construção civil;
- Avaliação da viabilidade de utilização de materiais sustentáveis e tecnologias construtivas de menor impacto ambiental;
- Observância das exigências dos órgãos ambientais e demais legislações aplicáveis.

15.4. Dessa forma, a contratação deverá contribuir para que o futuro empreendimento seja planejado de maneira ambientalmente responsável, buscando reduzir impactos ambientais, promover eficiência no uso de recursos e garantir maior sustentabilidade da edificação pública.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1.1. Com base nos levantamentos realizados e nas necessidades identificadas pela Administração Pública, conclui-se pela viabilidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviço de elaboração de projeto de engenharia do Prédio Ambulatorial.

16.1.2. A contratação mostra-se tecnicamente viável em razão da existência de empresas especializadas no mercado com capacidade para desenvolver os projetos necessários, observando as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis às edificações públicas e unidades de saúde.

16.1.3. Sob o aspecto operacional, a elaboração dos projetos constitui etapa indispensável para o adequado planejamento da futura obra, permitindo a definição das soluções arquitetônicas e de engenharia, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro, estimativa de custos e demais elementos necessários à execução do empreendimento.

16.1.4. Do ponto de vista econômico, a contratação tende a proporcionar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, considerando que projetos completos e compatibilizados contribuem para redução de riscos de falhas, aditivos contratuais, paralisações, retrabalhos e desperdícios durante a execução da obra.

16.1.5. A contratação também se mostra alinhada ao interesse público, uma vez que possibilitará a futura implantação de infraestrutura adequada para atendimento ambulatorial, promovendo melhoria das condições de atendimento à população, acessibilidade, segurança, funcionalidade e melhores condições de trabalho aos profissionais envolvidos.

16.1.6. Além disso, verificou-se que a demanda encontra respaldo no planejamento institucional da Administração e compatibilidade com as previsões orçamentárias e administrativas pertinentes.

16.1.7. Dessa forma, considerando os benefícios esperados, a necessidade administrativa identificada, a viabilidade técnica e operacional da solução e os resultados pretendidos pela Administração, conclui-se pela viabilidade da contratação do serviço de elaboração de projeto de engenharia do Prédio Ambulatorial, observados os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GISELE FURQUINI GOMES MOTA FARIAS

Assessor II da Coord. de Infra. e Logística do HCFAMEMA

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA

(Processo Administrativo nº144.00005977/2026-62)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº CONT/00XXX/2026,
CELEBRADO ENTRE O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA
FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA E

.....

O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA, com sede na rua Doutor Reinaldo Machado, 255, na cidade de Marília/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 25.082.016/0001-59, neste ato representado pelo Vice-Presidente Sr. Igor Ribeiro De Castro Bienert, nomeado pela portaria HCFAMEMA de 30 de setembro de 2025, publicado no DOE de 01 de outubro de 2025, *inscrito no CPF sob o nº 093.398.827-33*, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a).....,inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na.....,doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado),inscrito(a) no CPF sob o nº,conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos,tendo em vista o que consta no Processo nº 144.00005977/2026-62 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90091/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO PRÉDIO AMBULATORIAL DO HCFAMEMA**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM			DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Unid.	Qtd	Custo	Total
1			GERENCIAMENTO				R\$
							-
1.1	CDHU	B.01.000.020112	Coordenador de projetos	h	1.200	R\$	R\$
							-
1.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	1.200	R\$	R\$
							-
2	REFERÊNCIA	CÓDIGO	ESTUDO PRELIMINAR				R\$
							-
2.1	CDHU	B.01.000.020114	Arquiteto senior	h	400	R\$	R\$
							-
2.2	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	400	R\$	R\$

							-
2.3	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	h	400	R\$	R\$ -
3			EXECUTIVO DE ARQUITETURA				R\$ -
3.1	CDHU	B.01.000.020114	Arquiteto senior	h	2.000	R\$	R\$ -
3.2	CDHU	B.01.000.020113	Arquiteto junior	h	2.000	R\$	R\$ -
3.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	2.000	R\$	R\$ -
4			EXECUTIVO DE ESTRUTURAS				R\$ -
4.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	1.600	R\$	R\$ -
4.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	1.600	R\$	R\$ -
4.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	1.600	R\$	R\$ -
5			EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS				R\$ -
5.1	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	h	1.000	R\$	R\$ -
5.2	CDHU	B.01.000.020116	Engenheiro junior de elétrica	h	1.000	R\$	R\$ -
5.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	1.000	R\$	R\$ -
6			EXECUTIVO HIDROSSANITÁRIO				R\$ -
6.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	1.000	R\$	R\$ -
6.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	1.000	R\$	R\$ -
6.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	1.000	R\$	R\$ -
7			EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO E ELEVADORES				R\$ -
7.1	CDHU	B.01.000.020120	Engenheiro senior de mecânica	h	1.000	R\$	R\$ -
7.2	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	1.000	R\$	R\$ -
8			EXECUTIVO DE GASES MEDICINAIS				R\$ -

8.1	CDHU	B.01.000.020120	Engenheiro senior de mecânica	h	1.000	R\$	R\$ -
8.2	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	1.000	R\$	R\$ -
9			EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO				R\$ -
9.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	800	R\$	R\$ -
9.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	800	R\$	R\$ -
10			PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA-FINANCEIRO				R\$ -
10.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	800	R\$	R\$ -
10.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	800	R\$	R\$ -
VALOR TOTAL:							R\$ -

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **270 (DUZENTOS E SETENTA) DIAS**, contados do(a) assinatura do contrato, na forma [do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais [elaboradas com base no Boletim de Custos CDHU nº 201 do mês Fevereiro do ano de 2026, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC – FIPE (Índice de Preços ao Consumidor) elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – Acumulado – Índice de Preço de Serviços - Geral, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por

igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16(dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. Realizar os serviços referente o(s) seguinte(s) local(is): **Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA**, Rua Dr. Reinaldo Machado, nº 333, Fragata, Marília – SP – CEP: 17519-080

9.1.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;

9.1.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado;

9.1.25.1. Considerando que o objeto da contratação envolve a elaboração de projeto relativo a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão de todos os direitos patrimoniais a que se refere a subdivisão anterior inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra, nos termos do § 1º do art. 93 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.26. Manter seus profissionais nos horários predeterminados na documentação que integra este Contrato;

9.1.27. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.28. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;

9.1.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.1.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.1.31. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

9.1.32. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.33. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

- 9.1.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.1.35. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.1.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.1.37. Elaborar o Diário de Obra ou Livro de Ordem, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.1.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.1.39. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;
- 9.1.40. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no Termo de Referência, conforme o caso;
- 9.1.41. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;
- 9.1.42. Dar pleno cumprimento ao disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;
- 9.1.43. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307, de 05/07/2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:
- 9.1.43.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;
- 9.1.43.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 9.1.43.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- 9.1.43.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.1.43.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.43.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.43.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.1.43.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.1.44. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.44.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.1.44.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata;

9.1.45. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no Termo de Referência e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.46. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.46.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.46.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.46.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.47. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do Termo de Referência;

9.1.48. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: “habite-se”, licenças ambientais, alvarás, etc.);

9.1.49. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo Contratado, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, prévia e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas

as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:_____;

9.1.49.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas na documentação técnica constante no Projeto Básico e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

9.1.50. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura deste contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, o gestor do contrato, o(s) fiscal(is) técnico e administrativo do contrato, , os técnicos da área requisitante, o preposto do Contratado e o(s) gerente(s) da(s) área(s) que executará(ão) os serviços contratados;

9.1.51. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULADÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade _____, no valor de R\$ _____, correspondente a **05% (CINCO POR CENTO)** do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa**: Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou nos incisos I e II do artigo 9º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 092601/09060;
- II. Fonte de Recursos: 150.01.00002;
- III. Programa de Trabalho: 10302093048500000;
- IV. Plano de Trabalho Resumido (PTRES): 096002;
- V. Elemento de Despesa: 44905110;
- VI. Nota de Empenho: Não se Aplicado.

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Marília, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

CÓPIA PORTARIA HCFAMEMA Nº 02 DE 20 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas.

O Superintendente em substituição do HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal.

RESOLVE:

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. A desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. A inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. A falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
5. A reincidência na infração;
6. A imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. A falha escusável do licitante ou contratado;
2. A apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. A juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. A adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II.1 – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II. 2 – Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art.162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§ 2º- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 – A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II. 4 – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pela Autoridade Competente, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Autoridade Competente para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º - Após a avaliação do processamento pela Autoridade Competente, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 17 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Autoridade Competente, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado à Superintendente, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§ 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(is) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente PORTARIA deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021 do HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA – HCFAMEMA.

Assino o presente nos moldes do artigo 23 da Lei nº 10.261/1968.

Marília, na data da assinatura digital.

TARCÍSIO ADILSON RIBEIRO MACHADO
Superintendente em substituição do HCFAMEMA

ANEXO IV
MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM			DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Unid.	Qtd	Custo	Total
1			GERENCIAMENTO				R\$ -
1.1	CDHU	B.01.000.020112	Coordenador de projetos	h	1.200	R\$	R\$ -
1.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	1.200	R\$	R\$ -
2	REFERÊNCIA	CÓDIGO	ESTUDO PRELIMINAR				R\$ -
2.1	CDHU	B.01.000.020114	Arquiteto senior	h	400	R\$	R\$ -
2.2	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	400	R\$	R\$ -
2.3	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	h	400	R\$	R\$ -
3			EXECUTIVO DE ARQUITETURA				R\$ -
3.1	CDHU	B.01.000.020114	Arquiteto senior	h	2.000	R\$	R\$ -
3.2	CDHU	B.01.000.020113	Arquiteto junior	h	2.000	R\$	R\$ -
3.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	2.000	R\$	R\$ -
4			EXECUTIVO DE ESTRUTURAS				R\$ -
4.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	1.600	R\$	R\$ -
4.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	1.600	R\$	R\$ -
4.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	1.600	R\$	R\$ -
5			EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS				R\$ -
5.1	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	h	1.000	R\$	R\$ -
5.2	CDHU	B.01.000.020116	Engenheiro junior de elétrica	h	1.000	R\$	R\$ -
5.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	1.000	R\$	R\$ -
6			EXECUTIVO HIDROSSANITÁRIO				R\$ -
6.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	1.000	R\$	R\$ -

6.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	1.000	R\$	R\$ -
6.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	1.000	R\$	R\$ -
7			EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO E ELEVADORES				R\$ -
7.1	CDHU	B.01.000.020120	Engenheiro senior de mecânica	h	1.000	R\$	R\$ -
7.2	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	1.000	R\$	R\$ -
8			EXECUTIVO DE GASES MEDICINAIS				R\$ -
8.1	CDHU	B.01.000.020120	Engenheiro senior de mecânica	h	1.000	R\$	R\$ -
8.2	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	1.000	R\$	R\$ -
9			EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO				R\$ -
9.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	800	R\$	R\$ -
9.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	800	R\$	R\$ -
10			PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA-FINANCEIRO				R\$ -
10.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	800	R\$	R\$ -
10.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	800	R\$	R\$ -
VALOR TOTAL:							R\$ -

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

- Nº _____ CONTA CORRENTE, Nº _____ AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL

- Na proposta apresentar os dados do responsável Legal pela assinatura do contrato ATA (Nome; RG; CPF; Cargo/Função; email; telefone e procuração caso necessário)

ANEXO V**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)****ANEXO V.I****DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____
E do CPF nº _____, representante legal
da empresa _____ CNPJ nº _____
situada _____ na
rua: _____ na
cidade _____/_____(Estado), interessado em participar do Pregão nº _____
/_____, Processo nº _____/_____. Sob as penas da Lei, especialmente o
artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art.9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressaltados os casos previstos em lei:

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação

Na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou Representante de empresa que preste assessoria técnica.

DECLARO que eu e demais sócios ou proprietários da empresa não correspondemos a:

- 1 – Membro do corpo diretivo ou administrativo da Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA, Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR ou da Fundação Municipal de Ensino – FUMES.
- 2 – Profissional remunerado por cargo de chefia ou confiança em qualquer das entidades da Faculdade de Medicina de Marília-FAMEMA, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília-HCFAMEMA, Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília-FAMAR ou da Fundação Municipal de Ensino – FUMES.
- 3 – Profissional que de alguma forma esteja envolvido diretamente na utilização dos produtos ou serviços objeto desse processo de compras na Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA, Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR ou da Fundação Municipal de Ensino – FUMES.

Comprometo em informar as alterações do quadro societário da referida empresa, caso reflita nos itens indicados, durante o período de vigência desta declaração.

Esta declaração tem validade de 180 dias a contar da data de assinatura.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)
Cargo na empresa
RGe CPF:

ANEXO V.II

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na
Condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação),
interessado em participar do Pregão nº _____ / _____, Processo nº _____ / _____, DECLARO, sob as penas da
Lei, que o licitante:

- a) comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, a Licença de Funcionamento,
do Estado ou do Município onde estiver instalado, e a Autorização de Funcionamento.

Nome/assinatura do representante legal)
Cargo na empresa
RGe CPF:

ANEXO V.III

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na
Condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado
em participar do Pregão _____/_____, Processo nº _____/
_____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

Nome/assinatura do representante legal)
Cargo na empresa
RGe CPF:

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.I

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO COM REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA (emitido pela unidade contratante)

ATESTO que o representante legal do licitante _____, interessado em participar do Pregão nº ____/____, realizou nesta data visita técnica nas instalações do _____, recebendo assim todas as informações e subsídios necessário para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e
qualificação do representante da licitante)

(nome completo, assinatura e cargo do
servidor responsável por acompanhar a
visita)

ANEXO VI.II

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA
(elaborada pelo licitante)


Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante **não realizou** a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.


O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA							
	Contratante: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA						
	Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DA UNIFICAÇÃO DOS AMBULATÓRIOS DO HCFAMEMA						
	Endereço: Rua Reinaldo Machado, 255 - Fragata – Marília/SP						
	Referência: CDHU - Versão 201 - Fevereiro/2026						
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Unid.	Qtd	Custo	Total
1			GERENCIAMENTO				R\$ 242.038,80
1.1	CDHU	B.01.000.020112	Coordenador de projetos	h	1.080	165,81	R\$ 179.074,80
1.2	CDHU	B.01.000.020115	Engenheiro junior de civil	h	1.080	58,30	R\$ 62.964,00
2			ESTUDO PRELIMINAR				R\$ 94.608,00
2.1	CDHU	B.01.000.020114	Arquiteto senior	h	360	66,93	R\$ 24.094,80
2.2	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	360	97,74	R\$ 35.186,40
2.3	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	h	360	98,13	R\$ 35.326,80
3			EXECUTIVO DE ARQUITETURA				R\$ 220.122,00
3.1	CDHU	B.01.000.020114	Arquiteto senior	h	1.800	66,93	R\$ 120.474,00
3.2	CDHU	B.01.000.020113	Arquiteto junior	h	1.800	55,36	R\$ 99.648,00
4			EXECUTIVO DE ESTRUTURAS				R\$ 224.697,60
4.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	1.440	97,74	R\$ 140.745,60
4.2	CDHU	B.01.000.020115	Engenheiro junior de civil	h	1.440	58,3	R\$ 83.952,00
5			EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS				R\$ 154.260,00
5.1	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	h	720	98,13	R\$ 70.653,60
5.2	CDHU	B.01.000.020116	Engenheiro junior de elétrica	h	720	62,19	R\$ 44.776,80
5.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	720	53,93	R\$ 38.829,60
6			EXECUTIVO HIDROSSANITÁRIO				R\$ 151.178,40
6.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	720	97,74	R\$ 70.372,80
6.2	CDHU	B.01.000.020115	Engenheiro junior de civil	h	720	58,30	R\$ 41.976,00
6.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	720	53,93	R\$ 38.829,60
7			EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO E ELEVADORES				R\$ 165.211,20
7.1	CDHU	B.01.000.020120	Engenheiro senior de mecânica	h	720	124,48	R\$ 89.625,60
7.2	CDHU	B.01.000.020117	Engenheiro junior de mecânica	h	1.440	52,49	R\$ 75.585,60
8			EXECUTIVO DE GASES MEDICINAIS				R\$ 165.211,20
8.1	CDHU	B.01.000.020120	Engenheiro senior de mecânica	h	720	124,48	R\$ 89.625,60
8.2	CDHU	B.01.000.020117	Engenheiro junior de mecânica	h	1.440	52,49	R\$ 75.585,60
9			EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO				R\$ 151.178,40
9.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	720	97,74	R\$ 70.372,80
9.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	h	720	58,30	R\$ 41.976,00
9.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	h	720	53,93	R\$ 38.829,60
10			PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA-FINANCEIRO				R\$ 77.162,40
10.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	h	360	97,74	R\$ 35.186,40
10.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	h	720	58,30	R\$ 41.976,00
VALOR TOTAL:						R\$	1.645.668,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO							
	Contratante: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA						
	Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DA UNIFICAÇÃO DOS AMBULATÓRIOS DO HCFAMEMA						
	Endereço: Rua Reinaldo Machado, 255 - Fragata – Marília/SP						
	Referência: CDHU - Versão 201 - Fevereiro/2026						
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Horas mensais	Duração (Meses)	Quantidade de profissionais	Total (h)
1			GERENCIAMENTO				
1.1	CDHU	B.01.000.020112	Coordenador de projetos	180	6	1,00	1.080,00
1.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	180	6	1,00	1.080,00
2			ESTUDO PRELIMINAR				
2.1	CDHU	B.01.000.020114	Arquiteto senior	180	2	1,00	360,00
2.2	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	180	2	1,00	360,00
2.3	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	180	2	1,00	360,00
3			EXECUTIVO DE ARQUITETURA				
3.1	CDHU	B.01.000.020114	Arquiteto senior	180	5	2,00	1.800,00
3.2	CDHU	B.01.000.020113	Arquiteto junior	180	5	2,00	1.800,00
4			EXECUTIVO DE ESTRUTURAS				
4.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	180	4	2,00	1.440,00
4.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	180	4	2,00	1.440,00
5			EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS				
5.1	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	180	4	1,00	720,00
5.2	CDHU	B.01.000.020116	Engenheiro junior de elétrica	180	4	1,00	720,00
5.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	180	4	1,00	720,00
6			EXECUTIVO HIDROSSANITÁRIO				
6.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	180	4	1,00	720,00
6.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	180	4	1,00	720,00
6.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	180	4	1,00	720,00
7			EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO E ELEVADORES				
7.1	CDHU	B.01.000.020120	Engenheiro senior de mecânica	180	4	1,00	720,00
7.2	CDHU	B.01.000.020117	Engenheiro junior de mecânica	180	4	2,00	1.440,00
8			EXECUTIVO DE GASES MEDICINAIS				
8.1	CDHU	B.01.000.020120	Engenheiro senior de mecânica	180	4	1,00	720,00
8.2	CDHU	B.01.000.020117	Engenheiro junior de mecânica	180	4	2,00	1.440,00
9			EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO				
9.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	180	4	1,00	720,00
9.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	180	4	1,00	720,00
9.3	CDHU	B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	180	4	1,00	720,00
10			PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA-FINANCEIRO				
10.1	CDHU	B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	180	2	1,00	360,00
10.2	CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro junior de civil	180	2	2,00	720,00

CRONOGRAMA							
	Contratante: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA						
	Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DA UNIFICAÇÃO DOS AMBULATÓRIOS DO HCFAMEMA						
	Endereço: Rua Reinaldo Machado, 255 - Fragata – Marília/SP						
	Referência: CDHU - Versão 201 - Fevereiro/2026						
		MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
1	COORDENAÇÃO DE PROJETOS	16%	16%	16%	16%	16%	20%
2	ESTUDO PRELIMINAR	75%	25%				
3	EXECUTIVO DE ARQUITETURA	20%	20%	20%	20%	20%	
4	EXECUTIVO DE ESTRUTURAS		25%	25%	25%	25%	
5	EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS		25%	25%	25%	25%	
6	EXECUTIVO HIDROSSANITÁRIO		25%	25%	25%	25%	
7	EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO		25%	25%	25%	25%	
8	EXECUTIVO DE GASES MEDICINAIS E ELEVADORES		25%	25%	25%	25%	
9	EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO		25%	25%	25%	25%	
10	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA-FINANCEIRO					25%	75%

CRONOGRAMA



Contratante: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA

Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DA UNIFICAÇÃO DOS AMBULATÓRIOS DO HCFAMEMA

Endereço: Rua Reinaldo Machado, 255 - Fragata – Marília/SP

Referência: CDHU - Versão 201 - Fevereiro/2026

		MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
1	COORDENAÇÃO DE PROJETOS	16%	16%	16%	16%	16%	20%
		R\$ 38.726,21	R\$ 38.726,21	R\$ 38.726,21	R\$ 38.726,21	R\$ 38.726,21	R\$ 48.407,76
2	ESTUDO PRELIMINAR	75%	25%				
		R\$ 70.956,00	R\$ 23.652,00				
3	EXECUTIVO DE ARQUITETURA	20%	20%	20%	20%	20%	
		R\$ 44.024,40	R\$ 44.024,40	R\$ 44.024,40	R\$ 44.024,40	R\$ 44.024,40	
4	EXECUTIVO DE ESTRUTURAS		25%	25%	25%	25%	
			R\$ 56.174,40	R\$ 56.174,40	R\$ 56.174,40	R\$ 56.174,40	
5	EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS		25%	25%	25%	25%	
			R\$ 38.565,00	R\$ 38.565,00	R\$ 38.565,00	R\$ 38.565,00	
6	EXECUTIVO HIDROSSANITÁRIO		25%	25%	25%	25%	
			R\$ 37.794,60	R\$ 37.794,60	R\$ 37.794,60	R\$ 37.794,60	
7	EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO		25%	25%	25%	25%	
			R\$ 41.302,80	R\$ 41.302,80	R\$ 41.302,80	R\$ 41.302,80	
8	EXECUTIVO DE GASES MEDICINAIS E ELEVADORES		25%	25%	25%	25%	
			R\$ 41.302,80	R\$ 41.302,80	R\$ 41.302,80	R\$ 41.302,80	
9	EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO		25%	25%	25%	25%	
			R\$ 37.794,60	R\$ 37.794,60	R\$ 37.794,60	R\$ 37.794,60	
10	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA-FINANCEIRO					25%	75%
						R\$ 19.290,60	R\$ 57.871,80